



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 6º BIMETRE | 2011

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Luiz Henrique Casemiro

**SUPERINTENDENTE DO TESOURO
ESTADUAL**

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fabio Souza Pontes

Fernanda Correia de Oliveira

Guilherme Vasconcelos Severino

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luisa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Renata Gomes Rimes de Almeida

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Soraia Duarte Guimarães

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	8
EXECUTIVE SUMMARY	13
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	17
II. Resultados Fiscais	20
II.1 Resultado Orçamentário Total	20
II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	21
II.3 Resultado Primário	22
III. Receita Estadual	24
III.1 Receitas Correntes.....	24
III.1.1 Receita Tributária	25
III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	27
BOX 01 – ICMS VERDE.	29
III.1.3 Receita de Transferências	33
III.1.3.1. Transferências da União	33
III.1.4 Demais Receitas Correntes.....	35
III.2 Receitas de Capital	36
BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO.....	38
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro.....	40
IV. 1 Análise Geral da Execução da Despesa	40
IV.2 - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	45
BOX 03 – COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2011 ENTRE PRINCIPAIS ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	49
BOX 04 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NA ÁREA DE SEGURANÇA.....	51
V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	54
V.1 Cota Financeira.....	54

V.2 Pagamento de PD's	55
V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro	56
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	57
V.4.1 Características de Consumo	59
V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	61
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento	62
V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública	64
V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	73

Apresentação

Este é o vigésimo quarto número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o sexto referente ao exercício de 2011. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a Lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 11/11/2011.¹

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As três seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

¹ Nesta edição do Boletim, assim como em todas a partir de 2009, não foram incluídos nas contas do Estado os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, e da Imprensa Oficial do Estado (IO), pois essas empresas são não dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

RESUMO EXECUTIVO

No sexto bimestre de 2011, o Estado do Rio de Janeiro apresentou evolução favorável de suas receitas totais, tendo atingido montante 26,8% acima do observado no mesmo período do ano passado. O crescimento fechou o ano em 13,1%. Com isso, as metas de arrecadação foram superadas em 5,7%, no mesmo período. As Receitas Correntes atingiram patamar 12,7% superior ao observado no acumulado de 2010, impulsionadas pelo crescimento das Receitas Tributárias (+11,9%) e, principalmente, das Receitas Patrimoniais (+16,2%); Transferências Correntes (+12,1%); e Outras Receitas Correntes (+11,8%).

Sobre as Receitas Correntes, os principais destaques foram o bom desempenho da arrecadação do ICMS (+7% no sexto bimestre e 12,2% no acumulado); das Receitas Patrimoniais (+21,9% no bimestre e 16,2% no acumulado); das Transferências (+12,1% no acumulado), sobretudo FPE (+23,2%) e FUNDEB (+9,8%).

O aumento da receita de ICMS no sexto bimestre de 2011 é reflexo do crescimento da arrecadação em certos setores econômicos. Destacam-se os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+11,8%); Telecomunicações (+9,8); Energia Elétrica (+3,6%); Têxtil e Vestuário (+21%) e Produtos Farmacêuticos e Farmoquímicos (+16,2%).

A elevação nas Receitas de Capital, ocorrida no sexto bimestre do ano (+470,2%), fruto do recebimento de Operações de Crédito (+677,7%) e Alienação de Bens (+4299,5%) no período, contribuiu sobremaneira para o bom desempenho no acumulado do ano.

O Resultado Orçamentário do sexto bimestre de 2011 foi deficitário em R\$ 379,15, o que representa, entretanto, uma melhora de 77,4% em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado, o Resultado atingiu R\$ 958,31, o que implica incremento de 603,3% em relação a 2010, desempenho influenciado pelo Resultado Orçamentário do Rio Previdência, positivo em R\$ 544,03 milhões e por R\$ 414,28 milhões das demais unidades orçamentárias.

O Resultado Primário no acumulado do ano totalizou R\$ 2,657 bilhões, o que representa um crescimento de 87,8% em relação ao ano anterior.

Ao final de 2011, a Despesa Total fixada atingiu R\$ 62,54 bilhões por conta da incorporação de recursos fundamentados nas revisões da estimativa da Receita e respectiva projeção ao longo do ano. O acréscimo em relação à dotação inicial autorizada foi de R\$ 6,32 bilhões, dos quais R\$ 3,28 bilhões se referem à incorporação de Excesso de Arrecadação estimado para o exercício, R\$ 3,28 bilhões provenientes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial ao final de 2010, e R\$ 1,16 bilhão se refere a novos convênios e novas operações crédito firmadas dentro do exercício.

Analisada a execução orçamentária, identifica-se que a Despesa Liquidada atingiu 90,4% da dotação final autorizada - R\$ 56,55 bilhões. As metas de execução ficaram bem próximas do cronograma divulgado pela Resolução SEFAZ nº 375, de 2 de fevereiro de 2011, nos termos da Lei Complementar 101/2000. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes superaram a meta inicial estabelecida em 1,4% e 8,5% respectivamente, percentuais estes compensados pelos demais grupos cuja execução ficou abaixo da meta. Responderam pelo aumento das despesas de pessoal as gratificações

concedidas ao contingente de Segurança Pública, diversos benefícios na área de Educação, dentre eles o Programa de Bonificação por Resultados.

As fontes de recursos do Tesouro financiaram 70,01% da despesa, contra 29,99% financiadas por Outras Fontes (Convênios, Operações de crédito e recursos Diretamente Arrecadados).

Na análise da despesa por Função de Governo, observa-se que, se desconsideradas as Funções Previdência Social e Encargos Especiais, que são despesas não discricionárias, fica evidenciada a atenção dada às áreas estratégicas, de Educação, Segurança e Saúde, que participam com 24%, 16% e 13% respectivamente da Despesa Total.

Em valores absolutos, foram aplicados em Educação R\$ 6,56 bilhões (25,21% da receita-base), um acréscimo de R\$ 600 milhões em comparação a 2010, destacando-se, na parte pedagógica, a nomeação de 9.500 professores concursados e, na melhoria da infraestrutura da rede de ensino, a reforma de 432 unidades escolares.

Na Saúde, foram aplicados R\$ 3,19 bilhões. Para demonstrar o cumprimento do índice, foi desconsiderado o valor de R\$ 12,93 milhões, referente a despesas inscritas como RP em 2010 e canceladas no decorrer de 2011, comprovando a aplicação de 12,22% dos recursos provenientes de impostos e transferências, um total de R\$ 3,18 bilhões, valor 10,27% maior do que o aplicado no ano passado. Em valores absolutos, as despesas de pessoal requereram R\$ 1,35 bilhão. Os investimentos foram as despesas com variação positiva expressiva (+30,69%), dando continuidade à implementação das UPAs 24h que já somam 49 Unidades de Pronto Atendimento, das quais 19 estão localizada na capital. Registra-se ainda a implantação do Centro de Diagnóstico por Imagem com capacidade para realizar 22 mil exames por mês.

Complementando as informações desse Boletim, apresenta-se um estudo da evolução de despesa com Segurança Pública, no período de 2007/2011 e sua comparação com Estados de porte idêntico ao Rio de Janeiro. No período, a despesa de pessoal cresceu 77,7%, sendo o Rio de Janeiro o Estado cujo valor per capita aplicado é o mais elevado dentre os principais estados da federação.

Apresenta-se ainda um BOX comparativo das despesas com investimentos entre os principais estados e cidades da Federação, incluindo-se a União e o Distrito Federal. Usou-se como parâmetro a relação Despesa Liquidada/Receita Corrente Líquida. Observa-se que o Estado do Rio de Janeiro ocupa a quarta posição no "ranking", ficando atrás apenas do Estado de Pernambuco.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que a metodologia de liberação da Cota Financeira para emissão de Programações de Desembolso vem alcançando progressivamente seu objetivo primordial: planejamento financeiro da parte dos órgãos, compatível com o Fluxo de Caixa do Tesouro.

Até o mês de dezembro de 2011, dos R\$ 10,7 bilhões de Cota liberada, 66,8% foi pertinente a parcela destinada as FR do Tesouro, e 33,2% às Demais Fontes. Verificou-se que 89,2% da parcela Cota Financeira liberada, suportada com recursos do Tesouro, foi adimplida (R\$ 6,4 bilhão).

O Tesouro Estadual, nos 6º bimestre de 2011, foi mais célere em seus pagamentos, praticando o prazo médio de 11 dias, para as áreas prioritárias; e 12 dias, para as áreas não prioritárias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse 6º bimestre de 2011, obtendo uma rentabilidade média de 98,00% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

No exercício de 2011, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 308,10 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais prestados aos órgãos e entidades estaduais.

O SIPC registrou, no 6º bimestre de 2011, a soma de R\$ 391,20 milhões correspondentes ao faturamento das despesas efetuadas pelos órgãos e entidades com as 17 concessionárias abarcadas pelo Sistema. Do montante faturado, foram adimplidos R\$ 308,10 milhões, ou seja, 86% do total. Cabe destacar que a quantia de R\$ 50,1 milhões inscrita em Restos a Pagar Processados - RPP, equivalente a diferença entre o valor total liquidado e o valor total pago, será quitada em janeiro de 2012.

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, no exercício de 2011, computando-se os meses de pagamento maio e novembro, o Tesouro Estadual dispendeu o valor dispendeu, aproximadamente, R\$ 30,83 milhões. Cabe destacar que, desde o início do Programa, iniciado em meados de 2007, o Tesouro Estadual já pagou o montante de R\$ 162,82 milhões, o que corresponde a cerca de 67% do total da dívida repactuada.

No 6º bimestre de 2011, foram aplicados pelo Tesouro Estadual aproximadamente R\$ 8,58 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado. Ressalte-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009. No tocante ao pagamento de requisições de pequeno valor, foram pagas, no 6º bimestre de 2011, o valor de R\$ 1,21 milhão. Assim, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, nos meses de novembro e dezembro, o montante de R\$ 9,78 milhões.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 676,71 milhões com o serviço da dívida², no 6º bimestre de 2011. A importância desembolsada foi 10,83% inferior ao valor pago no 5º bimestre. Esta variação decorreu da não repetição de pagamentos semestrais da dívida externa, concentrados nos meses de setembro e outubro, que representaram um desembolso da ordem de R\$ 88,72 milhões naquele período. Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual³ alcançou apenas R\$ 1,02 milhão, 63,6% inferior em relação ao bimestre anterior.

No 6º bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 616,46 milhões, resultando na amortização de resíduo de R\$ 2 milhões.

² Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Nos meses de julho e agosto deste ano, o estoque⁴ da Dívida Financeira alcançou R\$ 62,75 bilhões, 1,80% maior que o bimestre anterior. Essa variação é explicada, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI⁵, pela variação do dólar nos contratos da dívida externa e pelo ingresso de R\$ 360 milhões do contrato firmado junto ao Banco Mundial, destinado ao Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável.

Foram liberados R\$ 1,27 bilhão de receita oriunda de operações de créditos, no exercício de 2011. Desse montante R\$ 9,5 milhões foram aplicados na Expansão do METRÔ (recursos provenientes do BNDES); R\$ 33,61 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD); R\$ 1,72 milhão foram destinados ao Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE I e II (recursos provenientes do BNDES); R\$ 50,44 milhões foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES); R\$ 43,86 milhões foram destinados para o Programa Saneamento para todos – PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 19,2 milhões para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD); R\$ 169,70 milhões foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA); R\$ 7,5 milhões para o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária – PROFAZ (recursos provenientes do BID); R\$ 77,9 mil para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PROGESTÃO (recursos provenientes do BIRD); R\$ 855,89 milhões ao Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS (recursos provenientes do BIRD); e R\$ 80 milhões para o Programa Maracanã PROCOPA 2014 (recursos provenientes do BNDES).

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2011, com 725 Convênios de Despesa e 489 Convênios de Receita vigentes⁶. Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁷, já na esfera dos Convênios de Receita o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁸, engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 228 convênios, beneficiando 82 Municípios. No âmbito desses convênios, até o 6º bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 1,15 bilhões. Neste 6º bimestre, foram empenhados aproximadamente, R\$ 37,63 milhões, liquidados R\$ 37,28 milhões e pagos R\$ 37,05 milhões.

⁴ Excluído o valor referente à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL - e a Fundação Rede Ferroviária de Segurança Social – REFER.

⁵ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 89,41% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um aumento de 0,25% e de 0,76%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 6º bimestre fechou em 0,83% (IGP-DI de out/11 e nov/11) e nos últimos 12 meses (de dez/10 a nov/11) em 5,58%.

⁶ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁷ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁸ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 497 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 198,81 milhões, liquidados R\$ 214,19 milhões e pagos R\$ 203,23 milhões. Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 6º bimestre de 2011, o total de 79 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,49 bilhões⁹. Dessa importância, R\$ 1,47 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 4º bimestre de 2011, foram repassados em torno de R\$ 1,18 bilhão, sendo destinados 66,03% à área de Habitação e cerca de 33,97% à área de Saneamento.

⁹ Valor original desconsiderando os aditivos.

EXECUTIVE SUMMARY

In the sixth quarter of 2011, the State of Rio de Janeiro presented a favorable outcome of their total revenue, reaching 26.8% above the amount in the same period last year. The growth ended the year at 13.1%. With this collection goals were exceeded by 5.7% over the same period. Current revenues reached 10.1% higher than the level observed in the accumulated of 2010, driven by growth of tax revenues (+11.9%) and mainly by capital revenues (+16.2%), current transfers (+12.1%) and other current revenue (+11.8%).

On current revenues, the main highlights were the good revenue performance of VAT (+7% in the sixth quarter and 12.2% accumulated) revenue property (+21.9% in the quarter and 16.2% accumulated); of shipments (+12.1% accumulated), especially FPE (+23.2%) and FUNDEB (+9.8%).

The increase in GST revenue in the sixth quarter of 2011 reflects the growth of revenue in certain economic sectors. Noteworthy are the sectors of Oil, Gas and Fuels (+11.8%), Telecommunications (+9.8), Electricity (+3.6%), Textiles and Clothing (+21%) and Pharmaceuticals and Pharmaceutical Chemicals (+16.2%).

The increase in capital revenue, which occurred in the sixth quarter of the year (+470.2%), due to receipt of credit operations (+677.7%) and disposal of assets (+4299.5%) in the period, contributed exceedingly close to the good performance in the year.

The result of the budget sixth quarter of 2011 was a deficit of R\$ 379.15, which represents, however, an improvement of 77.4% over the same quarter last year. In accumulated terms, the result reached R\$ 958.31, which implies an increase of 603.3% compared to 2010, influenced by the performance of the Rio Welfare Budget Result, positive R\$ 544.03 million and R\$ 414.28 million from other units budget.

The primary outcome for the year totaled R\$ 2.657 billion, representing a growth of 87.8% over the previous year.

At the end of 2011, the total spending settled to R\$ 62.54 billion due to the incorporation of resources based on revisions of the estimate of revenue and projection through the years. The increase compared to the initial allocation was authorized from R\$ 6.32 billion, of which R\$ 3.28 billion refers to the incorporation of Excess Revenue for the year, R\$ 3.28 billion from the previous year surplus in the balance sheet calculated at the end of 2010, and R\$ 1.16 billion relates to new agreements and new credit operations signed in the year.

Analyzed budget execution, identifies that the expenditure reached 90.4% of the final allocation authorized - R\$ 56.55 billion. The implementing goals stayed very close to the schedule released by SEFAZ's Resolution n.º 375 of February 2, 2011, pursuant to Supplementary Law 101/2000. Personnel expenses and payroll taxes and other current expenditure exceeded the original target settled at 1.4% and 8.5% respectively. These percentages offset by other groups whose performance was below target. Responded by increased personnel costs bonuses granted contingent of Public Security, various benefits in the area of education, including the Bonus Program for Results.

The Treasury sources financed 70.01% of expenditure, against 29.99% funded by other sources (Covenants, Credit Operations and Directly resources collected).

In the analysis of expenditure by government function, it is showed that, if ignored Welfare Functions and Special Charges which are non-discretionary expenditure, it is evident the focus on strategic areas of Education, Health and Safety that participate with 24%, 16% and 13% respectively of total expenditure.

In absolute terms, were applied in Education R\$ 6.56 billion (25.21% of the revenue base), +R\$ 600 million compared to 2010, especially in the teaching, the appointment of 9.500 teachers convened and, improving the infrastructure of the school, the renovation of 432 school units.

In Health were applied R\$ 3.19 billion. To demonstrate index compliance was disregarded the value of R\$ 12.93 million related to expenses listed as RP in 2010 and canceled during 2011, demonstrating the application of 12.22% of revenue from taxes and transfers, a total of R\$ 3.18 billion, 10.27% higher than that applied last year. In absolute terms, expenditure on staff requested R\$ 1.35 billion investments were spending a significant positive change (+30.69%), continuing the implementation of the UPA 24h which now total 49 units of emergency treatment, of which 19 are located in the capital. Join also the implementation of the Center of Image Diagnostic with a capacity to carry out 22.000 tests per month.

Complementing the information in this bulletin presents a study of the evolution of spending on public security in the period 2007/2011 and its comparison with similar-sized states to Rio de Janeiro. In the period under review, expenditure of staff increased 77.7%, the Rio de Janeiro State whose per capita amount applied is the highest among major states.

It also presents a comparison of costs BOX investments among the major states and cities of the Federation, including the Union and the Federal District. Was used as a parameter the ratio executed expenditure /net current revenue. It is observed that the State of Rio de Janeiro is in fourth in the "ranking", behind only the state of Pernambuco.

With respect to state financial administration, it was found that the method of release Quota for issuing Schedules Financial Disbursement is progressively reaching the primary objective: financial planning by the organs, consistent with the Treasury's cash flow.

Until December, the R\$ 10,7 billion Quota released, 66.80% was pertinent to share that goes to Treasury FR, 33.2% and the other sources. It was found that 89.2% of the share Quota Finance released, supported with funds from the Treasury, was a dimplir (R\$ 6.4 billion).

The State Treasury in the months of November and December, she was quicker on their payments, practicing the average of 11 days for priority areas, and 12 days for non-priority areas.

The funds, in which the State Treasury apply public resources, maintained good performance in the 4th two months of 2011, achieving an average return of 98,00% above the rate of the Interbank Deposit Certificate (CDI – benchmark funds).

From January to December 2011, the State Treasury has disbursed about R\$ 308,10 million to settle charges with essential public services provided to state agencies and entities. The SIPC registered on the 6th two months of 2011, the sum of R\$ 391,20 million of revenue related to expenditures made by agencies and entities with 17 dealers embraced by the system. Of the amount billed, adimplir were R\$ 308,10 million, or 86% of the total.

In the 6th bimester of 2011 were applied by the State Treasury about R\$ 8,57 million for payment of installment agreements of writ, signed by the State Attorney General. It should be noted that these agreements were concluded by the State Attorney General before the enactment of Amendment No. 62, on December 9, 2009. Regarding the requests for payment of small sums were paid in the 6th two months of 2011, the value of R\$ 1,21 million. Thus, in addition to judicial requests and requests for small amounts were disbursed in November and December the amount of R\$ 9,78 million.

The State Treasury has disbursed R\$ 676,71 million in debt service in the 6th bimester of 2011. 10,83% lower than the amount paid in the previous two months. This variation occurred because of non-repetition of semiannual payments of external debt in September and October, representing a disbursement in the amount of R\$ 88,72 in that period. It is noteworthy, that the payment of debt Indirect Administration honored by the State Treasury reached only R\$ 1.02 million, 63,6% lower than the previous two months.

In the 6th bimester, the total actually paid intralimite debt was R\$ 616,46 million, thus resulting in the amortization of R\$ 2 million of the residue.

In the months November and December this year, the stock of financial debt totaled R\$ 62,75 billion, 1,80% higher than the previous two months, explained essentially by the readjustment of the stock of domestic debt, adjusted by the IGP-DI. The stock of external debt, which corresponds to 4.92% of total debt, ended two months with a balance of R\$ 3.09 million, or 26,63% higher than 5rd bimester of 2011, depreciation of the real against the dollar.

It were released R\$ 1.27 billion revenue from lending operations in the 6th bimester of 2011. Of this amount, R\$ 9.5 million were invested in expansin of the subway (funds from the BNDES), R\$ 33.61 million for the State Transportation Program II – PET II (funds of IBRD); R\$ 1.72 million to the Program for Modernization of the State – PMAE I and II (funds from the BNDES); R\$ 50.44 million were allocated to the Program Police Legal (funds from the BNDES), R\$ 169.70 million, were for the Support of counterpart funding from the CAP (funds from CAIXA), R\$ 43.86 million, went to the PAC for all Sanitation Program (proceeds from the BOX); R\$ 19.20 millions were for the Program for Sustainable Rural Development in watersheds (resources from IBRD); R\$ 855.89 millions for the for the Housing and Development Program Sustainable Urban Underground – PROHDUMS (resources from IBRD); R\$ 7.50 million, for the Support



Programme to Strengthen the ERJ Finance Administration (funds from the Inter-American Development Bank) and R\$ 80 millions for the Program Maracanã ProCopa 2014 (funds from the BNDES).

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais¹⁰ de arrecadação para 2011 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 374/2011, publicada no mês de Fevereiro.

No sexto bimestre de 2011, a **Receita Total** realizada superou em 16,1% a meta estipulada para o período; no acumulado de Janeiro a Dezembro, a meta foi superada em 5,7%. Ambos os resultados positivos são consequência da boa execução das Receitas Correntes, que ficaram 18,5% acima da meta projetada no bimestre e 10,1% no acumulado.

Entre as Receitas Correntes, as que mais se destacaram foram as Receitas Patrimoniais e Outras Receitas Correntes. A primeira superou a meta em 20,7% no bimestre (+R\$ 315,56 milhões) e em 39,2% no acumulado (+R\$ 2.819,09 milhões). Isso se deve ao aumento das receitas de *Royalties*, de Participação Especial e de Petróleo, o que foi provocado pela alta no preço do Brent e na taxa de câmbio, conforme explicado na seção III.1.2.

A segunda – Outras Receitas Correntes – foi a que mais superou a previsão inicial: +506,4% no bimestre (+R\$ 1.190,87 milhões) e +98,7% no acumulado (+R\$ 1.311,61 milhões). Isso ocorreu em função da venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ) e da folha de pagamento dos servidores estaduais para o Bradesco.

Já a Receita Tributária ficou bem próxima da meta estipulada em termos percentuais. No acumulado do ano, houve um ligeiro excesso de arrecadação, equivalente a um percentual de 2,9% acima da previsão inicial (+R\$ 919,31 milhões). Dentro desta rubrica, as receitas que tiveram maior aumento, em relação a 2010, foram as provenientes de ICMS e de taxas, que cresceram acima da inflação, e de IRRF (+14,6% no acumulado, em relação a 2010), o que se deve, em parte, à contratação de mais

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2011

(art 13º da LRF)

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2011	RECEITA REALIZADA (NOV - DEZ) 2011	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-DEZ) 2011	RECEITA REALIZADA (JAN-DEZ) 2011	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	8.749,74	10.370,16	118,5%	47.631,45	52.464,14	110,1%
TRIBUT.	5.590,68	5.616,18	100,5%	31.636,43	32.555,74	102,9%
CONTRIB.	286,59	275,32	96,1%	1.258,31	1.176,53	93,5%
PATRIM.	1.524,10	1.839,66	120,7%	7.185,19	10.004,28	139,2%
AGROPEC.	0,02	0,02	117,4%	0,16	0,14	87,1%
INDUST.	1,80	1,41	78,7%	10,71	1,61	15,0%
SERV.	48,04	73,61	153,2%	305,71	342,25	112,0%
TRANSF. CORR.	1.063,37	1.137,93	107,0%	5.906,31	5.743,36	97,2%
OUTRAS	235,15	1.426,02	606,4%	1.328,62	2.640,23	198,7%
REC. CAPITAL	994,18	938,69	94,4%	4.780,39	2.938,66	61,5%
OPER. CRÉDITO	772,15	445,18	57,7%	2.646,16	1.271,50	48,1%
ALIEN. BENS	78,50	279,03	355,5%	470,00	534,78	113,8%
AMORT. EMPRÉST.	25,01	30,44	121,7%	147,73	180,56	122,2%
TRANSF. CAP.	118,52	183,99	155,2%	1.516,49	951,77	62,8%
Total	9.743,92	11.308,84	116,1%	52.411,84	55.402,80	105,7%

A Receita Corrente superou a meta em 18,5% no bimestre. No acumulado do ano (+10,1%), o destaque foi para as Receitas Patrimoniais (+R\$ 2.819,09), de Serviços (+R\$ 36,54 milhões) e Outras Receitas Correntes (+R\$ 1.311,61 milhões).

¹⁰ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

servidores estaduais, em órgãos como SEFAZ e SEPLAG, por exemplo.

A Receita de Transferências Correntes ficou 7% (+R\$ 74,56 milhões) acima da meta no bimestre e 2,8% (-R\$ 162,95 milhões) abaixo da meta no acumulado. Essa ligeira frustração da meta no acumulado do ano se deve, sobretudo, ao fato de que a Receita de Convênios foi superestimada.

As Receitas de Capital ficaram abaixo da meta em R\$ 55,49 milhões no bimestre (-5,6%) e em R\$ 1.841,72 milhões no acumulado (-38,5%). Isso se deve ao resultado das Operações de Crédito, visto que as outras rubricas do grupo superaram a meta estabelecida. A Receita de Operações de Crédito ficou 42,3% abaixo da meta no bimestre (-R\$ 326,98 milhões) e 51,9% no acumulado (-R\$ 1.374,66 milhões). Esse resultado deve-se ao atraso na contratação de algumas Operações de Crédito de maior valor.

Apesar da frustração da meta estabelecida para o bimestre e para o acumulado, as Receitas de Capital cresceram em relação a 2010 tanto no bimestre (470,2%; +R\$ 774,1 milhões) quanto no acumulado (31,1%; +R\$ 696,5 milhões), como explicado na seção III.2.

A execução da **Despesa Total** em 2011 ultrapassou a meta inicialmente estabelecida em 3,45%. O desembolso total no exercício atingiu R\$ 56,37 bilhões, aí incluído o pagamento de Restos a Pagar inscritos em 2010, no valor de R\$ 2,14 bilhões.

As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes superaram a meta inicial estabelecida em 1,4% e 8,5% respectivamente, percentuais estes compensados pelos demais grupos cuja execução ficou abaixo da meta.

As Despesas de Pessoal ficaram acima da meta estabelecida em virtude das gratificações concedidas ao contingente de Segurança, à antecipação do pagamento da gratificação Nova Escola, ao Programa de Bonificação por Resultados e a outros benefícios concedidos a profissionais da área de educação, tais como auxílio

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*					
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2011					
Em R\$ milhões					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2011**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-DEZ 2011***	RP 2010 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-DEZ 2011	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	14.255	13.762	687	14.450	101,4%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.430	32.128	881	33.010	108,5%
INVEST/INVERSÕES	5.536	4.242	574	4.816	87,0%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	4.312	4.100		4.100	95,1%
TOTAL	54.532	54.233	2.142	56.375	103,4%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial/ Considerada a despesa paga
 **Fonte: Resolução SEFAZ nº 375
 ***Fonte: SIG em 08/02/2012
 Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2010.

transporte e gratificação adicional para os que trabalham em áreas de difícil acesso. Tais fatores contribuíram para o aumento da folha de pagamento. Mesmo assim, o percentual anual de gastos com Pessoal e Encargos Sociais registrado no ano está bem abaixo do limite estabelecido pela LC 101/2000.

O grupo de Investimentos e Inversões Financeiras caiu 13% por conta da desaceleração de alguns investimentos e o fraco desempenho de alguns projetos que estavam em andamento neste ano, basicamente aqueles financiados por recursos oriundos de Convênios e Operações de Crédito, cuja receita não se realizou no exercício.

No caso do grupo Juros e Encargos da Dívida, embora a execução tenha sido inferior à meta, foram cumpridas todas as obrigações dentro das variáveis que regulamentam os pagamentos.

II. Resultados Fiscais¹¹

II.1 Resultado Orçamentário Total

O Resultado Orçamentário de 2011 foi positivo em R\$ 958,31 milhões, o que representa um aumento de 603,3% frente ao resultado acumulado do ano anterior. O bom resultado no ano se deve, sobretudo, ao crescimento das Receitas Tributária e Patrimonial (+R\$ 3.469,19 e +R\$ 1.394,96 milhões, respectivamente).

No último bimestre do ano, por outro lado, houve déficit orçamentário de R\$ 379,15 milhões. Ainda assim, este resultado foi 77,4% melhor do que o apurado para o mesmo período do ano anterior.

– **Receita Total:** atingiu a quantia de R\$ 57.454,09 milhões no acumulado do ano. Este valor é 13,1% maior do que o registrado ao longo do ano anterior (+R\$ 6.642,11 milhões). No bimestre, foi contabilizada receita de R\$ 11.852,06 milhões, o que representa um incremento de 26,8% em comparação a 2010. Destaque para o crescimento das Demais Receitas Correntes (+83,9%; +R\$ 810,52 milhões) e Receita de Capital (+470,2%; +R\$ 774,06 milhões).

– **Despesa Total:** cresceu 10,8% em 2011, alcançando o patamar de R\$ 56.495,78 milhões. Ainda no acumulado, em termos absolutos, a rubrica Demais Despesas Correntes foi a que mais cresceu (+13,7%; +R\$ 2.766,54 milhões), seguida da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais (+11,7%; +R\$ 2.332,91 milhões). No bimestre, a Despesa Total teve aumento de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que se deve principalmente ao acréscimo de R\$ 602,51 milhões nas Demais Despesas Correntes (+13,7%).

Em relação às Despesas de Capital, estas permaneceram praticamente estáveis no comparativo anual, tendo crescido apenas 0,7%. Houve expressivo aumento da

Tabela 3

 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)
 ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	R\$ milhões					
I. RECEITA TOTAL (A)	9.344,93	11.852,06	26,8%	50.811,98	57.454,09	13,1%
I.1 RECEITA CORRENTE	8.680,98	10.370,16	19,5%	46.563,87	52.464,14	12,7%
I.1.1 Tributária	5.253,68	5.616,18	6,9%	29.086,56	32.555,74	11,9%
I.1.2 Patrimonial	1.509,32	1.839,66	21,9%	8.609,32	10.004,28	16,2%
I.1.3 Transferências	952,11	1.137,93	19,5%	5.121,30	5.743,36	12,1%
I.1.4 Demais Correntes	965,87	1.776,39	83,9%	3.746,70	4.160,75	11,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	164,63	938,69	470,2%	2.242,20	2.938,66	31,1%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	499,33	543,22	8,8%	2.005,91	2.051,29	2,3%
II. DESPESA TOTAL (B)	11.025,77	12.231,21	10,9%	51.002,38	56.495,78	10,8%
II.1 DESPESA CORRENTE	8.593,50	9.508,86	10,7%	42.509,58	47.744,05	12,3%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	3.795,03	4.101,46	8,1%	19.931,86	22.264,76	11,7%
II.1.2 Demais Correntes	4.407,73	5.010,25	13,7%	20.243,51	23.010,05	13,7%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	390,74	397,16	1,6%	2.334,21	2.469,24	5,8%
II.1.3 Juros e Enc. Dívida	390,74	397,16	1,6%	2.334,21	2.469,24	5,8%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.990,56	2.249,37	13,0%	6.518,69	6.561,84	0,7%
II.2.1 Invest.	1.745,86	1.897,01	8,7%	5.165,74	4.691,24	-9,2%
II.2.1.1 Obras e Instalações	1.304,25	1.214,12	-6,9%	3.419,53	3.019,71	-11,7%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	31,54	44,45	40,9%	517,84	69,24	-86,6%
II.2.1.3 Demais Investimentos	410,07	638,44	55,7%	1.228,37	1.602,29	30,4%
II.2.2 Inv. Financ.	18,62	73,41	294,2%	125,18	240,05	91,8%
II.2.3 Amort. Dívida	226,08	278,95	23,4%	1.227,77	1.630,55	32,8%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	441,71	472,97	7,1%	1.974,12	2.189,90	10,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	-1.680,84	-379,15	77,4%	-190,40	958,31	603,3%

O Resultado Orçamentário foi positivo em R\$ 958,31 milhões, sendo R\$ 544,03 milhões o Resultado do RIOPREVIDÊNCIA e R\$ 414,28 milhões o das Demais Unidades Orçamentárias (ver item II.2).

O bom Resultado Orçamentário no ano se deve, sobretudo, ao crescimento das Receitas Tributária e Patrimonial (+R\$ 3.469,19 e +R\$ 1.394,96 milhões,

¹¹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em Janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto n°42/2010.

despesa com Amortização da Dívida (+R\$ 402,78 milhões), que foi compensada pela redução na conta Investimentos (-R\$ 474,51 milhões). O fator determinante para esta queda foi a diminuição no pagamento de Indenizações e Restituições, que, no ano anterior, contou com pagamentos extraordinários, no valor de R\$ 460,5 milhões, referentes ao acerto de Marlim¹².

II.2 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Desconsiderando receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário do ano foi de R\$ 414,28 milhões (resultado 411,6% superior do que o observado em 2010). No sexto bimestre de 2011, o déficit foi de R\$ 824,01 milhões, o que representa, entretanto, uma melhoria de 62,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em 2011, o Resultado Orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA teve superávit de R\$ 544,03 milhões. Na comparação bimestral, o resultado de R\$ 444,87 milhões, em 2011, foi inferior em 16,4% em relação ao ano anterior.

A melhora no Resultado Orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA nos últimos meses do ano se deve ao fato de que, nesse período, como sempre ocorre, a parte mais significativa de suas receitas, oriunda de *Royalties* e Participação Especial do Petróleo, é repassada integralmente ao Fundo. Isso não ocorre no primeiro semestre, quando tais receitas são usadas para pagamento de indenizações à União. Sendo assim, o bom resultado do Fundo também está atrelado ao aumento das receitas decorrentes da atividade do Petróleo, que cresceram 8,5% em 2011 (mais detalhes no item III.1.2 – Receita Patrimonial e *Royalties*).

Além disso, houve a antecipação das receitas de CFT, destinadas ao RIOPREVIDÊNCIA. O fluxo dessas receitas foi programado originalmente para ser decrescente e

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	R\$ milhões					
I. RECETA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	7.384,99	9.682,95	31,1%	42.729,93	47.352,61	10,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	7.114,42	8.715,57	22,5%	40.167,44	44.456,30	10,7%
I.1.1 Tributária	5.253,68	5.616,18	6,9%	29.086,56	32.555,74	11,9%
I.1.2 Patrimonial	218,30	463,79	112,5%	3.344,55	3.181,95	-4,9%
I.1.3 Transferências	952,11	1.137,93	19,5%	5.121,30	5.743,36	12,1%
I.1.4 Demais Correntes	690,33	1.497,66	116,9%	2.615,03	2.975,25	13,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	152,97	812,96	431,5%	2.155,37	2.413,49	12,0%
I.3 RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	117,61	154,43	31,3%	407,12	482,82	18,6%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	9.597,97	10.506,97	9,5%	42.862,87	46.938,33	9,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.178,12	7.786,36	8,5%	34.398,20	38.196,91	11,0%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.360,80	2.500,79	5,9%	12.032,67	13.181,61	9,5%
II.1.2 Demais Correntes	4.426,57	4.888,41	10,4%	20.031,31	22.546,06	12,6%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	390,74	397,16	1,6%	2.334,21	2.469,24	5,8%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.978,95	2.248,29	13,6%	6.494,24	6.555,42	0,9%
II.2.1 Invest.	1.734,25	1.895,93	9,3%	5.141,29	4.684,82	-8,9%
II.2.1.1 Obras e Instalações	1.295,02	1.213,11	-6,3%	3.397,89	3.013,55	-11,3%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	31,54	44,45	40,91%	517,84	69,24	-86,6%
II.2.1.3 Demais Investimentos	407,69	638,37	56,6%	1.225,55	1.602,03	30,7%
II.2.2 Inv. Financ.	18,62	73,41	294,2%	125,18	240,05	91,8%
II.2.3 Amort. Dívida	226,08	278,95	23,4%	1.227,77	1.630,55	32,8%
II.3 DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	440,90	472,32	7,1%	1.970,44	2.186,00	10,9%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-2.212,98	-824,01	62,8%	-132,94	414,28	411,6%
RECETA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.959,94	2.169,10	10,7%	8.082,06	10.101,48	25,0%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.427,80	1.724,24	20,8%	8.139,52	9.557,45	17,4%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	532,14	444,87	-16,4%	-57,46	544,03	946,8%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-1.680,84	-379,15	77,4%	-190,40	958,31	603,3%

O bom resultado do Fundo também está atrelado ao aumento das receitas decorrentes da atividade do petróleo, que cresceram 8,5% em 2011.

¹² Ver Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre de 2010.

encerrado em 2014, com receita zerada. Entretanto, houve negociação que adiantou parte da receita para 2011, com o fim do fluxo já em 2012. Dessa forma, a receita verificada em 2011 é maior que a de 2010.

II.3 Resultado Primário¹³

O Resultado Primário total (incluído o RIOPREVIDÊNCIA) em 2011 foi de R\$ 2.657,24 milhões, aumento de 87,8% frente a 2010. A melhora deste indicador é fruto do crescimento da Receita Primária (+12,8%) em ritmo mais acelerado que a Despesa Primária (+10,5%).

No bimestre, o indicador apresentou déficit de R\$ 637,76 milhões, o que representa, entretanto, uma melhora de 50,6% em relação ao mesmo período de 2010. O desempenho foi determinado pelo crescimento acentuado da Receita Primária (+20,6%), enquanto a Despesa Primária cresceu em ritmo mais moderado (+11,3%). Este forte crescimento da Receita Primária é bem expressivo, especialmente se for levado em consideração que a base de comparação em 2010 estava inflada por receitas extraordinárias, tais como o REFIS.

Já o Resultado Primário do ano, descontado o resultado do RIOPREVIDÊNCIA, atingiu o montante de R\$ 4.311,18 milhões (+34%). No bimestre, houve déficit de R\$ 541,21 milhões, o que representa, no entanto, melhora de 61,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado de 2011, o **Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA** teve déficit de R\$ 89,38 milhões, o que representa, entretanto, uma melhora de 57% relativamente ao ano anterior. No bimestre, houve superávit primário de R\$ 291,58 milhões, resultado 42,4% menor do que o do mesmo período de 2010 (ver Tabela 7).

Cumpra também analisar o Resultado Primário sem levar em conta as receitas e despesas intraorçamentárias. De acordo com as disposições da LRF, o Resultado Primário

¹³ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECETAS TOTAL	9.344,93		11.852,06	26,8%	
RECETAS FINANCEIRAS	186,05	869,71	367,5%	2.032,66	2.631,77	29,5%
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	499,33	543,22	8,8%	2.005,91	2.051,29	2,3%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.659,55	10.439,13	20,6%	46.773,41	52.771,04	12,8%
DESPESAS TOTAL	10.703,17	11.910,14	11,3%	49.429,40	54.744,74	10,8%
DESPESAS FINANCEIRAS	633,20	681,34	7,6%	3.669,61	4.192,09	14,2%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	119,11	151,90	27,5%	401,13	438,85	9,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	9.950,86	11.076,89	11,3%	45.358,66	50.113,80	10,5%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-1.291,31	-637,76	50,6%	1.414,75	2.657,24	87,8%

O Resultado Primário total (incluído o RIOPREVIDÊNCIA) em 2011 foi de +R\$ 2.657,24 milhões, aumento de 87,8% frente a 2010, mesmo mantendo o patamar de investimentos.

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECETAS TOTAL	7.384,99		9.682,95	31,1%	
RECETAS FINANCEIRAS	160,52	716,43	346,3%	1.882,36	1.998,36	6,2%
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	117,61	154,43	31,3%	407,12	482,82	18,6%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	7.106,87	8.812,10	24,0%	40.440,45	44.871,43	11,0%
DESPESAS TOTAL	9.597,97	10.506,97	9,5%	42.862,87	46.938,33	9,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	633,20	681,34	7,6%	3.669,61	4.192,09	14,2%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	440,90	472,32	7,1%	1.970,44	2.186,00	10,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.523,87	9.353,31	9,7%	37.222,83	40.560,24	9,0%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-1.417,00	-541,21	61,8%	3.217,63	4.311,18	34,0%

é calculado desconsiderando-se os valores dessas rubricas. Quando se leva em conta todo o Estado, a receita intraorçamentária é mais baixa que a despesa. Neste caso, gera-se um Resultado Primário mais baixo do que realmente ocorreu. Assim, o Resultado Primário, sem receitas e despesas intraorçamentárias, e sem o RIOPREVIDÊNCIA, foi positivo em R\$ 2.608,01 milhões no mesmo período.

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO - SEM RIOPREVIDÊNCIA - SEM RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010/2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITAS TOTAL	7.384,99	9.682,95	31,1%	42.729,93	47.352,61	10,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	160,52	716,43	346,3%	1.882,36	1.998,36	6,2%
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.224,47	8.966,53	24,1%	40.847,57	45.354,25	11,0%
DESPESAS TOTAL	9.597,97	10.506,97	9,5%	42.862,87	46.938,33	9,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	633,20	681,34	7,6%	3.669,61	4.192,09	14,2%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.964,77	9.825,63	9,6%	39.193,26	42.746,24	9,1%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	-1.740,30	-859,10	50,6%	1.654,31	2.608,01	57,6%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	506,61	291,58	-42,4%	-207,76	-89,38	57,0%

III. Receita Estadual ¹⁴

As Receitas estaduais totalizaram, no sexto bimestre de 2011, R\$ 11.308,84 milhões – acréscimo de R\$ 2.463,24 milhões em relação ao arrecadado no mesmo período de 2010 (+27,8%). No acumulado até Dezembro, este montante foi de R\$ 55.402,80 milhões, o que representa um crescimento de 13,5 % em comparação com o mesmo período do ano passado (+R\$ 6.596,73 milhões).

No caso da execução bimestral, o resultado positivo é reflexo especialmente do incremento da Receita Corrente (+R\$ 1.689,18 milhões), com destaque para as Receitas Tributárias, que atingiram o montante de R\$ 5.616 milhões. No acumulado, esta rubrica também teve destaque, e totalizou R\$ 32.555 milhões.

Quanto à variação entre 2011 e 2010, na execução bimestral e acumulada, apresentaram maior crescimento as Receitas Tributária, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, como discriminado a seguir, na seção III.1.

As Receitas de Capital, por sua vez, tiveram aumento percentual de 470,2% no bimestre (+R\$ 774,06 milhões) e de 31,1% (+R\$ 696,46 milhões) no acumulado.

III.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram aumento de 19,5% no 6º bimestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado, houve um crescimento de R\$ 5.900,27 milhões (+12,7%).

Como já mencionado, as Receitas Tributária, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes foram as principais responsáveis por essa variação. A primeira apresentou incremento de 6,9% no bimestre (+R\$ 362,50 milhões) e 11,9% no acumulado (+R\$ 3.469,19 milhões), desempenho alavancado principalmente pelo ICMS.

Tabela 8

DECOMPOSIÇÃO DA RECETA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 /
2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	TRIBUTÁRIA	5.253,68		5.616,18	6,9%	
CONTRIBUIÇÕES	247,80	275,32	11,1%	1.040,25	1.176,53	13,1%
PATRIMONIAL	1.509,32	1.839,66	21,9%	8.609,32	10.004,28	16,2%
AGROPECUÁRIA	0,03	0,02	-15,0%	0,16	0,14	-15,3%
INDUSTRIAL	0,02	1,41	6753,2%	0,21	1,61	651,5%
DE SERVIÇOS	68,74	73,61	7,1%	344,21	342,25	-0,6%
TRANSF. CORR.	952,11	1.137,93	19,5%	5.121,30	5.743,36	12,1%
OUTRAS CORR.	649,28	1.426,02	119,6%	2.361,86	2.640,23	11,8%
REC. CORR.	8.680,98	10.370,16	19,5%	46.563,87	52.464,14	12,7%
REC. CAPITAL	164,63	938,69	470,2%	2.242,20	2.938,66	31,1%
Total	8.845,60	11.308,84	27,8%	48.806,07	55.402,80	13,5%

As Receitas de Capital cresceram 31,1% (+R\$ 696,46 milhões) no acumulado do ano de 2011, comparativamente a 2010.

¹⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

A Receita Patrimonial cresceu 21,9% (+R\$ 330,34 milhões) no bimestre e 16,2% no acumulado (+R\$ 1.394,96 milhões), com destaque para a Participação Especial e *Royalties*, que juntos somaram R\$ 1.567,93 milhões no bimestre e R\$ 6.949,28 milhões ao longo do ano. No acumulado, cabe destacar o resgate dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT's), que obtiveram aumento de 44,3% (+R\$ 681,73 milhões), compensando a queda de 39% no bimestre.

As Transferências Correntes apresentaram elevação de R\$ 185,82 milhões no bimestre (+19,5%) e R\$ 622,06 milhões no acumulado (+12,1%).

Outras Receitas Correntes também influenciaram o resultado bimestral, pois tiveram um crescimento considerável neste período, alcançando R\$ 1.426,02 milhões, um acréscimo de 119,6% se comparado ao mesmo bimestre de 2010 (+R\$ 776,74 milhões). O aumento se deve principalmente ao valor de R\$ 752 milhões pago pelo Bradesco em razão do contrato de prestação de serviços de folha de pagamentos entre BERJ e o Estado do Rio de Janeiro. No acumulado, esta conta também apresentou crescimento, embora menos expressivo, de 11,8% (+R\$ 278,37), e totalizou R\$ 2.640,23 milhões.

Outras Receitas Correntes, no 6º bimestre de 2011, tiveram crescimento de 119,6% em comparação ao mesmo período de 2010, atingindo o total de R\$ 1.426,02 milhões, em função principalmente da venda da folha de pagamentos ao Bradesco.

III.1.1 Receita Tributária

A receita oriunda de tributos arrecadada no sexto bimestre de 2011 teve crescimento de 6,9% (+R\$ 362,50 milhões) em comparação ao mesmo período de 2010. No acumulado, houve crescimento de 11,9% (+R\$ 3.469,25 milhões). Estes resultados positivos correspondem, sobretudo, à arrecadação de ICMS, comentada a seguir.

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): A receita de ICMS teve incremento de R\$ 286,11 milhões (+7,0%) no bimestre, e de R\$ 2.689,25 milhões no acumulado (+12,2%). A execução acumulada do ano alcançou R\$ 24.802,48 milhões.

Tabela 9

**RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.253,68	5.616,18	6,9%	29.086,56	32.555,74	11,9%
ICMS	4.090,09	4.376,20	7,0%	22.113,23	24.802,48	12,2%
Adicional do ICMS	391,61	439,21	12,2%	2.253,45	2.512,04	11,5%
IRRF	390,24	417,60	7,0%	1.491,34	1.708,47	14,6%
IPVA	76,22	65,21	-14,5%	1.417,04	1.547,15	9,2%
ITD e ITBI	105,57	93,65	-11,3%	464,28	418,20	-9,9%
Taxas	199,95	224,32	12,2%	1.347,21	1.567,39	16,3%

– **Imposto de Renda (IRRF):** Crescimento de 14,6% (+R\$ 217,14 milhões) no acumulado, por conta principalmente do aumento no salário médio do servidor estadual.

– **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):** No sexto bimestre de 2011, esta receita alcançou o total de R\$ 65,21 milhões. Já no acumulado, houve um crescimento de 9,5% (+R\$ 130,11 milhões). Este resultado é consequência do crescimento da frota de veículos, que apresentou crescimento de 7,0% nos últimos 12 meses (350 mil veículos a mais na frota)¹⁵. Além disso, o índice de inadimplência do imposto está em queda devido aos esforços de fiscalização do Estado, com as Blitzes do DETRAN, DETRO e da Lei Seca.

– **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):** A receita de ITD no bimestre foi de R\$ 93,65 milhões, o que representa uma queda de R\$ 11,92 milhões (-11,3%) em relação ao mesmo período de 2010. No acumulado, houve queda de 9,9% (-R\$ 46,08 milhões). Tal desempenho é consequência da elevada base de comparação em 2010, o que já foi mencionado em edições anteriores do Boletim. O Programa de Refinanciamento de Dívidas (REFIS) inflou a receita daquele ano (maiores detalhes na seção III.1.4 Demais Receitas Correntes, do boletim do 3º bimestre de 2011).

– **Taxas:** A Receita de Taxas cresceu no acumulado 16,3% em relação a 2010, o que equivale a um acréscimo de R\$ 220,18 milhões. Na análise bimestral, cresceu 12,2% (+R\$ 24,3 milhões) na comparação entre os períodos. As taxas com maior efeito sobre tais receitas são as taxas do DETRAN, que, no acumulado, tiveram um expressivo aumento de 25,6 %.

¹⁵ Fonte: www.detran.rj.gov.br

III.1.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se: Petróleo, Telecomunicações, Energia Elétrica, Construção Civil, Maquinas e Equipamentos em geral, Mercados, Lojas e Magazines e Bebidas. A seguir, é apresentada uma análise de alguns setores econômicos.

– Petróleo, Combustíveis e Gás Natural:

Este setor é o de maior destaque na arrecadação do Estado. A arrecadação do ERJ no setor petrolífero correspondeu a 16% da receita total do ICMS do ano de 2011. Em relação ao acumulado, cresceu 11,8% (+R\$ 442,65 milhões) em comparação a 2010, e no bimestre cresceu 2,7% (+R\$ 17,68 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. O refino de petróleo é o principal responsável por essa alta, sendo este um subsetor responsável por aproximadamente 80% do total.

– Telecomunicações:

Este setor tem a participação de 15,1% na arrecadação total do ERJ. Em relação ao ano anterior houve um crescimento de 9,8% (+R\$ 336,30 milhões). Este setor é impulsionado pelo consumo dos serviços de telefonia fixa.

– Energia Elétrica:

A arrecadação referente ao setor cresceu 3,6% (+R\$ 110,83 milhões) no ano em relação ao mesmo período do ano passado. Mesmo sendo em percentual modesto, é de grande expressividade em geral, pois corresponde a 12,6% do total da arrecadação do ERJ.

– Construção Civil:

Englobam obras como casas, edifícios, pontes, barragens, fundações, estradas, aeroportos e outras infraestruturas. A arrecadação vem acompanhando o comportamento econômico nacional e fluminense desse segmento em 2011. A construção civil teve crescimento de 25,9% (R\$ 185,85 milhões) no acumulado em relação a 2010.

Tabela 10
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2010/2011**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		part % 2011	var % 10/11	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		part % 2011	var % 11/10
	2010	2011			2010	2011		
	Alimentação	174,77	181,65	4,2%	3,9%	1.014,56	1.085,89	4,3%
Bebidas	219,88	255,26	5,8%	16,1%	1.198,42	1.273,90	5,1%	6,3%
Borracha e plástico	33,47	32,03	0,7%	-4,3%	218,21	194,85	0,8%	-10,7%
Comunicação e informação	62,24	72,50	1,7%	16,5%	318,07	405,92	1,6%	27,6%
Construção civil	145,94	148,81	3,4%	2,0%	717,47	903,30	3,6%	25,9%
Editorial, gráfica e publicidade	21,59	18,80	0,4%	-12,9%	108,15	111,42	0,4%	3,0%
Eletroeletrônicos	84,51	84,69	1,9%	0,2%	436,13	468,29	1,9%	7,4%
Energia elétrica	480,86	511,92	11,7%	6,5%	3.058,73	3.169,66	12,6%	3,6%
Informática e óptico	25,14	26,63	0,6%	5,9%	146,93	164,38	0,7%	11,9%
Madeira, papel e fumo	108,06	106,73	2,4%	-1,2%	628,03	666,60	2,7%	6,1%
Máquinas e equipamentos em geral	45,79	59,58	1,4%	30,1%	225,72	289,54	1,2%	28,3%
Médico-hospitalar e odontologia	32,59	31,02	0,7%	-4,8%	187,13	189,48	0,8%	1,3%
Mercados, lojas e magazines	265,58	391,55	8,9%	47,4%	1.475,65	1.687,73	6,7%	14,4%
Metalurgia e siderurgia	196,82	199,85	4,6%	1,5%	1.106,29	1.147,88	4,6%	3,76%
Móveis e utensílios	42,14	43,11	1,0%	2,3%	203,29	253,56	1,0%	24,7%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	131,48	126,08	2,9%	-4,1%	650,66	704,87	2,8%	8,3%
Petróleo, combustíveis e gás natural	646,71	664,39	15,2%	2,7%	3.584,90	4.007,55	16,0%	11,8%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	142,82	180,61	4,1%	26,5%	825,30	959,14	3,8%	16,2%
Química e petroquímica	117,77	130,82	3,0%	11,1%	742,86	763,60	3,0%	2,8%
Telecomunicações	621,87	645,17	14,7%	3,7%	3.447,85	3.784,15	15,1%	9,8%
Têxtil e vestuário	152,58	165,74	3,8%	8,6%	828,90	1.002,99	4,0%	21,0%
Transportes gerais e armazenagem	85,74	78,08	1,8%	-8,9%	520,30	493,73	2,0%	-5,1%
Veículos automotores	192,00	156,62	3,6%	-18,4%	950,52	955,41	3,8%	0,5%
Outras atividades econômicas	59,73	64,56	1,5%	8,1%	268,53	380,14	1,5%	41,6%
Total das atividades econômicas	4.090,09	4.376,20	100,0%	7,0%	22.862,60	25.063,97	100,0%	9,6%

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

- Mercados, Lojas e Magazines:
Tabela 11

Com expressiva contribuição na arrecadação de ICMS em 2011, o setor teve participação de 6,7%. Em termos do acumulado variou positivamente em 14,4% (+R\$ 212,08 milhões) em comparação a 2010.

Também houve aumento expressivo no bimestre de 47,4% (+R\$ 125,97) em relação ao mesmo período de 2010. Isso é o resultado de um aumento das vendas de Natal. De acordo com a Fecomércio-RJ, há também maior estabilidade do emprego. O aumento das contratações com carteira assinada proporcionou um equilíbrio maior ao orçamento familiar. A manutenção do dólar em um patamar mais baixo fez ainda com que a inflação, em segmentos específicos, se mantivesse em níveis baixos. Com todos esses fatores, houve, neste setor, um significativo aumento das importações.

Também em virtude de ações de combate à sonegação, houve um aumento na arrecadação neste setor, com o crescimento quantitativo dos autos de infração, principalmente no ramo de comércio varejista (supermercados), o que acarretou importante participação no aumento da arrecadação desse setor.

- Bebida:

Importante parcela da arrecadação do ICMS no ERJ deve-se ao setor de bebidas. O setor em questão cresceu, em relação a 2010, 6,3% no acumulado, representando assim um aumento de R\$ 75,48 milhões. No bimestre, o aumento foi de 16,5% (+R\$ 35,38 milhões). Os principais itens desse setor são a cerveja e o chope.

**EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECADAÇÃO DE ICMS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2010/2011**

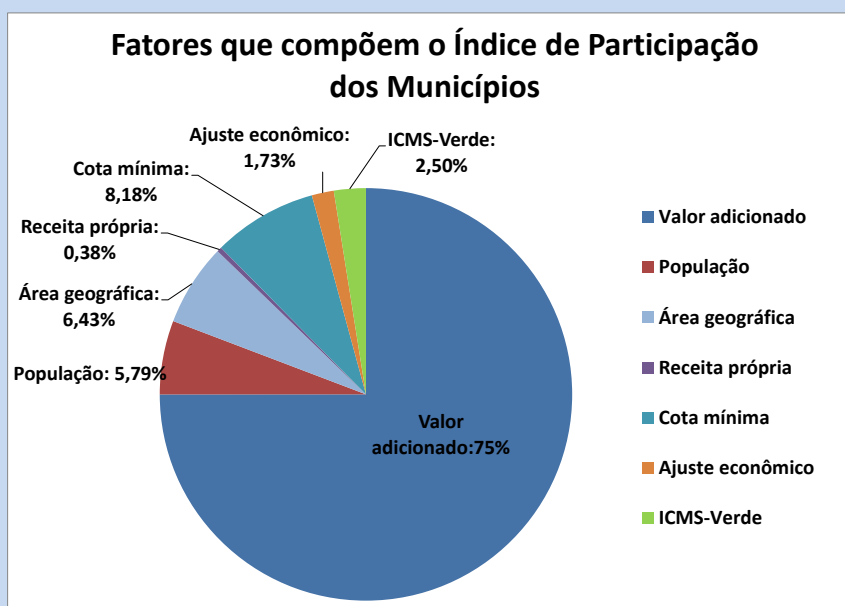
DISCRIMINAÇÃO	part % 2011	var % 11/10	Contrib. para Cresc.
Mercados, lojas e magazines	8,95%	47,4%	44,03%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	4,13%	26,5%	13,21%
Bebidas	5,83%	16,1%	12,37%
Energia elétrica	11,70%	6,5%	10,86%
Telecomunicações	14,74%	3,7%	8,14%
Petróleo, combustíveis e gás natural	15,18%	2,7%	6,18%
Máquinas e equipamentos em geral	1,36%	30,1%	4,82%
Têxtil e vestuário	3,79%	8,6%	4,60%
Química e petroquímica	2,99%	11,1%	4,56%
Comunicação e informação	1,66%	16,5%	3,59%
Alimentação	4,15%	3,9%	2,40%
Outras atividades econômicas	1,48%	8,1%	1,69%
Metalurgia e siderurgia	4,57%	1,5%	1,06%
Construção civil	3,40%	2,0%	1,00%
Informática e óptico	0,61%	5,9%	0,52%
Móveis e utensílios	0,99%	2,3%	0,34%
Eletroeletrônicos	1,94%	0,2%	0,06%
Madeira, papel e fumo	2,44%	-1,2%	-0,47%
Borracha e plástico	0,73%	-4,3%	-0,50%
Médico-hospitalar e odontologia	0,71%	-4,8%	-0,55%
Editorial, gráfica e publicidade	0,43%	-12,9%	-0,97%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	2,88%	-4,1%	-1,88%
Transportes gerais e armazenagem	1,78%	-8,9%	-2,68%
Veículos automotores	3,58%	-18,4%	-12,37%
Total das atividades econômicas	100,0%	7,0%	100,00%

BOX 01 – ICMS VERDE.

Criado pela Lei 5.100/2007 e implementado em 2009¹⁶, o chamado ICMS Verde é um esforço do Estado do Rio de Janeiro para incentivar ações de conservação ambiental, contemplando os municípios que desenvolvem melhorias nesse âmbito com uma maior parcela de repasse do ICMS, proporcionalmente ao desempenho de cada um.

O rateio é realizado conforme os indicadores ambientais dos municípios – aqueles que conseguem melhor índice de conservação ambiental recebem uma porcentagem maior de repasse de ICMS Verde. A Constituição Federal (parágrafo único, art. 158), determina que 25% do produto da arrecadação de ICMS sejam destinados aos municípios, e que, dessa parcela, até uma quarta parte (1/4) seja distribuída entre eles de acordo com o que dispuser lei estadual¹⁷. No Estado do Rio de Janeiro, tal atribuição coube às Leis 2.664/1996 e 5.100/2007, que estipularam os seguintes critérios para o rateio: população, área geográfica, receita própria, cota mínima, ajuste econômico e conservação ambiental.

Esse último componente, chamado de ICMS Verde, equivale, a partir de 2011, a 2,5% do total de ICMS distribuído aos municípios. A Lei 5.100/2007 determinou que a implantação desse novo critério de repasse do ICMS fosse sucessiva e progressiva, aplicando-se o percentual de 1% em 2009, 1,8% em 2010 e 2,5% a partir de 2011.

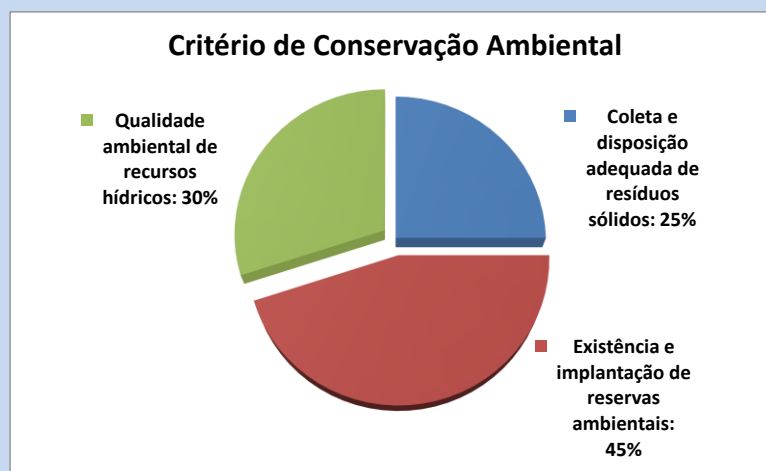


Assim, a repartição do ICMS por critérios ambientais visa ressarcir os municípios pela existência e implantação de áreas protegidas e de mananciais de abastecimento, que restringem a possibilidade de uso do território, recompensá-los pelos investimentos ambientais realizados e incentivá-los a efetivar novas melhorias para a preservação ambiental.

¹⁶ O Decreto nº 41.844/2009 regulamenta a Lei 5.100/2007, e estabelece as definições técnicas utilizadas no cálculo do percentual a ser distribuído aos municípios pelo critério de conservação ambiental.

¹⁷ Como determina a Constituição Federal, 3/4, no mínimo, é distribuído conforme o valor adicionado por cada Município (art. 158).

Para cálculo dos índices percentuais por município, efetuado pela Fundação CEPERJ, o critério de conservação ambiental é desmembrado em 3 componentes, e a cada um desses componentes é atribuído um peso percentual para a composição final do índice: 45% para a existência e a implantação de reservas ambientais, 30% para a qualidade ambiental dos recursos hídricos e 25% para a coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos.



Nota-se que o montante total de ICMS Verde a ser rateado entre os municípios quase triplicou de 2009 para 2011. Em 2011, R\$ 111,50 milhões foram repartidos entre os municípios em função das metas ambientais alcançadas, e, em 2012, estima-se que tal montante chegue a R\$ 172,55 milhões¹⁸. De 2010 para 2011, o montante distribuído pelo critério de conservação ambiental cresceu 33,09% (+R\$ 27,80 milhões), e de 2009 para 2011 o aumento foi de 194% (+R\$ 73,56 milhões). Isso se deve ao aumento tanto no coeficiente do ICMS Verde, já mencionado, quanto na arrecadação total de ICMS no Estado, que cresceu 12,16% (+R\$ 2,68 bilhões) de 2010 para 2011, e 18,76% (+R\$ 3,49 bilhões) de 2009 para 2010.

Em 2011, os cinco municípios que mais receberam recursos de ICMS Verde foram: Silva Jardim (R\$ 5,29 milhões), Rio Claro (R\$ 4,93 milhões), Cachoeiras de Macacu (R\$ 4,53 milhões), Nova Iguaçu (R\$ 3,92 milhões) e Resende (R\$ 3,76 milhões).

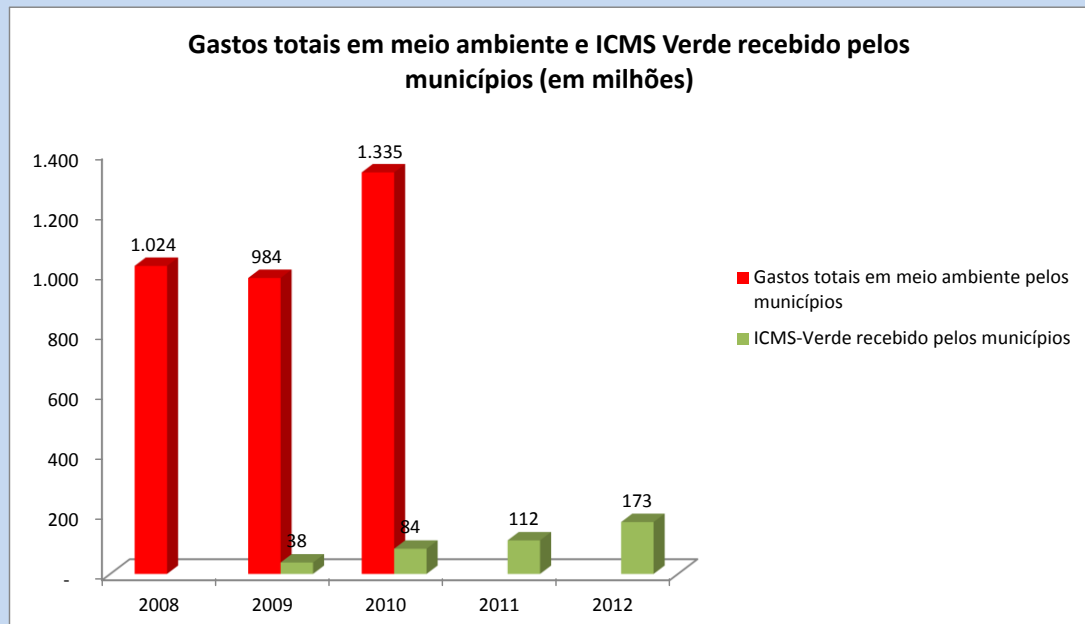
Recebimento de ICMS Verde (em reais) pelos Municípios que ficaram no topo do ranking em 2011:

MUNICÍPIOS	2009		2010		2011		Previsão 2012	
SILVA JARDIM	11º	1.200.684	4º	3.347.370	1º	5.298.749	1º	7.936.767
RIO CLARO	9º	1.271.076	3º	3.487.683	2º	4.931.430	2º	7.223.883
CACHOEIRAS DE MACACU	1º	1961681	1º	3.590.431	3º	4.539.744	3º	6.925.681
NOVA IGUAÇU	3º	1.439.304	5º	3.279.519	4º	3.920.766	4º	5.984.527
RESENDE	5º	1.374.934	2º	3.570.627	5º	3.769.633	6º	5.598.818
MESQUITA	4º	1376240	6º	3.134.193	6º	3.629.947	7º	5.484.813
ITATIAIA	17º	862451	20º	1.531.317	7º	3.170.134	9º	4.737.994
ANGRA DOS REIS	12º	1138799	8º	2.483.854	8º	3.123.305	5º	5.922.986
TERESOPOLIS	16º	956.519	15º	1.894.943	9º	3.056.652	8º	5.093.950
RIO DE JANEIRO	10º	1.259.274	10º	2.334.121	10º	2.969.016	12º	4.290.806

*Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ)

¹⁸ Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ).

Como os índices são recalculados todos os anos, os municípios que implantam melhorias têm seu coeficiente de participação aumentado. Assim, a implantação do ICMS Verde em 2009 foi um estímulo para que os municípios do Estado do Rio de Janeiro investissem mais em ações de preservação ambiental. O total de gastos dos municípios com meio ambiente foi de R\$ 984,14 milhões em 2009 e de R\$ 1.335,16 milhões em 2010¹⁹, o que representa um aumento de 35,66%. De 2008 para 2010, tais investimentos cresceram 30,36%. A queda nos gastos em 2009, relativamente a 2008, deveu-se à crise econômica ocorrida naquele ano.



Observa-se ainda que, desde 2009, aumentou consideravelmente a quantidade de municípios contemplados por repasses de ICMS Verde. Naquele ano, 14 dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro não receberam recursos a esse título. Em 2011, este número caiu para 7, e, em 2012, estima-se que apenas 3 municípios não sejam beneficiados²⁰.

Desde 2009, os municípios buscaram se adaptar às condições exigidas para o repasse. Sistemas municipais de meio ambiente – cuja existência é requisito para recebimento de ICMS Verde – foram aprimorados ou implantados, e, em 2011, apenas um município encontra-se com tais aparatos ainda em formação²¹. Além disso, mais unidades de conservação foram criadas, e de 2009 a 2011 a extensão das áreas protegidas no Estado do Rio de Janeiro passou de 104 mil para 220 mil hectares²². Assim, a implantação do ICMS Verde contribuiu positivamente para que os municípios do Estado do Rio de Janeiro adotassem políticas de conservação ambiental.

¹⁹ Fonte: Finbra (Finanças Públicas do Brasil)/STN. Para cálculo dos gastos totais dos municípios com meio ambiente, foram consideradas as funções: Saneamento, Gestão Ambiental, Preservação Ambiental e Controle Ambiental.

²⁰ Itaocara, Paraíba do Sul e Sapucaia.

²¹ O município referido é Sapucaia.

²² Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ).

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial arrecadada no último bimestre de 2011 atingiu a marca de R\$ 1.839,66 milhões, o que implica crescimento de 21,9% (+R\$ 330,38 milhões) em comparação ao mesmo período do ano anterior. A alta é explicada pelo aumento das receitas provenientes do Petróleo. No período, os *Royalties* aumentaram 46,4%, e as receitas de Participação Especial, 30,1%. No acumulado, a Receita Patrimonial teve acréscimo de 16,2% (+R\$ 1.394,96 milhões), fruto de crescimento de 21,8% nas Receitas de *Royalties* e de 2,3% nas Participações Especiais. Deve-se ressaltar que este último resultado está distorcido, visto que a base de comparação de 2010 encontra-se inflada por conta de recebimento pelo ERJ de receita extraordinária referente ao campo de Marlim.

Quanto aos CFT's, tal receita apresentou queda de 39,0% no bimestre, totalizando perda de R\$ 87,17 milhões, em função das entradas irregulares ao longo dos meses.

– **Petróleo:** As Receitas de Petróleo tiveram alta de R\$ 402,45 milhões (+34,5%) no bimestre, como consequência do aumento dos *Royalties* e de Participação Especial (PE). Esse aumento tem como base a valorização cambial e a alta do Brent ocorrida em meados de 2011. Embora ao longo do ano tenha havido uma queda no Brent, este ainda permaneceu mais elevado no fim de 2011 do que no início desse mesmo ano.

Apesar de ter havido alta das Receitas de Petróleo, sua produção em 2011 foi menor que o esperado, com interrupções na extração de óleo e gás em algumas plataformas devido a problemas técnicos.

– **CFT:** Em 2011, o crescimento foi de 44,3%, devido à antecipação do cronograma de recebimentos. No bimestre, a receita apresentou uma queda de 39,0%.

– **Receitas Financeiras:** Registraram aumento de 13,5% (+R\$ 13,72 milhões) no bimestre. No acumulado, essa rubrica apresenta crescimento de 18,9% (+R\$ 102,31

Tabela 12

RECEITA PATRIMONIAL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	RECEITA PATRIMONIAL	1.509,32		1.839,66	21,9%	
Petróleo	1.166,07	1.568,52	34,5%	6.409,38	6.952,46	8,5%
Royalties	314,70	460,67	46,4%	2.026,61	2.469,05	21,8%
Part. Especial	850,97	1.107,26	30,1%	4.380,34	4.480,24	2,3%
FEP	0,39	0,59	51,3%	2,43	3,18	30,9%
CFT's	223,38	136,20	-39,0%	1.540,30	2.222,04	44,3%
Aplic. Financeiras	101,34	115,07	13,5%	542,61	644,93	18,9%
Demais Rec. Patrimoniais	18,53	19,86	7,2%	117,03	184,85	-158,0%

A Receita Patrimonial cresceu 16,2% no ano, sobretudo pelo aumento dos Royalties e PE. Vale ressaltar que, no decorrer do ano, o barril tipo Brent e o câmbio tiveram um aumento bem expressivo.

Tabela 13

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL-AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - AGO)		var %
	2010	2011		2010	2011	
	Produção (milhões de bbl)	100,21		91,50	-8,7%	
Brent (US\$/bbl)	76,31	113,60	48,9%	76,79	107,09	39,45%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,76	1,58	-10,4%	1,78	1,64	-8,05%

milhões). A taxa SELIC, desde o início do ano, subiu 9,67%, passando de 11,25% para 11,50% ao ano²³, o que influenciou positivamente o retorno das aplicações.

III.1.3 Receita de Transferências

O total arrecadado de Transferências teve acréscimo de R\$ 185,82 milhões (+19,5%) no bimestre e de R\$ 622,06 milhões (12,1%) no acumulado, em relação ao mesmo período de 2010. A principal fonte de recursos foi o FUNDEB, que totalizou R\$ 416,81 milhões (+7,9%) no bimestre e R\$ 2.408,79 milhões (+9,8%) no acumulado. Entre as Transferências da União, destacam-se as Transferências do IPI exportação e do SUS, que apresentaram, no bimestre, aumento de R\$ 38,66 milhões (+32,3%) e R\$ 71,95 milhões (+89,8%) respectivamente, e compensaram a queda de R\$ 13,40 (-27,3%) milhões nas receitas de Convênios.

No acumulado, o aumento nas Receitas de Transferências foi determinado, principalmente, pelo FPE, IPI exportação e SUS, que cresceram, respectivamente, R\$ 172,75 milhões (23,2%), R\$ 201,03 milhões (34,6%) e R\$ 17,45 milhões (3%), fazendo frente à variação negativa de 38,7% (- R\$ 84,82 milhões) da rubrica Convênios.

III.1.3.1. Transferências da União

As Transferências da União, no acumulado de 2011, representam 55,05% do total das Receitas de Transferências. O incremento do referido grupo foi de R\$ 456,50 milhões em relação a 2010. No bimestre, os repasses de FPE, IPI-EXP e SUS foram as principais transferências feitas pela União, representando 42,15% do total.

– **FPE:** Com crescimento de 9,9%, essa rubrica alcançou R\$ 169,24 milhões de reais no bimestre. No acumulado, o crescimento foi de 23,2%, atingindo o patamar de R\$

Tabela 14

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	952,11	1.137,93	19,5%	5.121,30	5.743,36	12,1%
Transf da União	515,49	657,58	27,6%	2.705,21	3.161,71	16,9%
FPE	154,02	169,24	9,9%	745,21	917,96	23,2%
IPIexp	119,66	158,32	32,3%	581,53	782,57	34,6%
IOF	0,00	0,00	-25,8%	0,02	0,03	31,3%
CIDE	0,00	0,00	#DIV/0!	90,44	107,14	18,5%
SUS	80,09	152,04	89,8%	590,56	608,02	3,0%
Salário Educação	49,29	57,49	16,6%	299,31	358,68	19,8%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Demais Transf. da União	98,13	106,19	8,2%	312,34	301,54	-3,5%
FUNDEB	386,24	416,81	7,9%	2.193,24	2.408,79	9,8%
Convênios	49,10	35,70	-27,3%	219,23	134,41	-38,7%
Outras Transf. Corr.	0,86	27,85	3155,9%	3,20	38,45	1102,6%

²³ Dados provenientes das reuniões 156ª e 162ª do Copom do site www.bcb.gov.br

917,96 milhões. Isto é decorrência da continuidade da tendência de crescimento da arrecadação da União, que registrou crescimento de 19,5% na arrecadação do IR e de 7,7% no IPI.

– **IPI-EXP:** Apresentou acréscimo até Dezembro de 34,6% (+R\$ 201,04 milhões). No bimestre, aumentou 32,3% (+R\$ 38,66 milhões), acompanhando a tendência de crescimento da arrecadação federal.

– **SUS:** As receitas de Transferências de Convênios para o SUS alcançaram o valor de R\$ 152,04 no bimestre, apresentando um aumento de 89,8% (+R\$ 71,95 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. No acumulado, o aumento foi de R\$ 17,46 milhões, o que representa um acréscimo de 3% em relação ao ano anterior.

– **FUNDEB:** O total arrecadado no bimestre foi de R\$ 416,81 milhões, o que implica um acréscimo de 7,9% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$ 30,57 milhões). A tendência de crescimento ocorreu também no acumulado, cujo acréscimo foi de 9,8% (+R\$ 215,55 milhões) em função do bom desempenho da arrecadação tributária, apesar da queda do coeficiente do FUNDEB do Estado do Rio de Janeiro em relação a 2010²⁴. Tal coeficiente foi alterado de 0,396002513313 em 2010 para 0,388634877788 em 2011, o que representa uma diminuição de 1,86%.

– **Convênios:** a Receita de Transferências de Convênios apresentou um decréscimo de 27,3% no bimestre (-R\$ 13,4 milhões) e de 38,7% no acumulado (-R\$ 84,82 milhões). Isso se deve à diminuição do aporte de recursos do PAC, visto que as obras e instalações já estão em processo de conclusão.

– **SALÁRIO-EDUCAÇÃO**²⁵: Com arrecadação de R\$ 57,49 milhões no bimestre e R\$ 358,68 milhões no

O crescimento do IPI-EXP até Dezembro foi de 34,6% (+R\$ 201,04 milhões) e do FPE foi de 23,2% (+R\$ 272,75). No bimestre, tais transferências aumentaram 32,3% e 9,9%, respectivamente. Tal resultado é reflexo do bom desempenho da arrecadação

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-1,86%), estas transferências tiveram incremento de 9,8% no acumulado do ano, como resultado do aumento nas Receitas Tributárias.

²⁴ Dados disponíveis no site: www.fnde.gov.br.

²⁵ Os recursos do salário-educação vêm da contribuição social das empresas públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com alíquota de 2,5%. O valor é arrecadado mensalmente pela Receita Federal, que o transfere ao FNDE, responsável pela distribuição entre estados e municípios.

acumulado, esta receita teve crescimento de 16,6% e 19,8%, respectivamente, em relação ao ano passado.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes tiveram acréscimo de 83,9% no 6º bimestre em relação a 2010 (+R\$ 810,52 milhões). No acumulado, o aumento foi de 11,1% (+R\$ 414,05 milhões). Esse aumento decorreu principalmente do comportamento das Receitas Diversas (+231%).

– **Receitas Diversas:** Houve aumentos expressivos tanto no bimestre, de 1.173% (+R\$ 1.048 milhões), quanto no acumulado, de 231% (+R\$ 1.186 milhões). Esse desempenho decorre da venda da folha de pagamentos do Executivo para o Bradesco e do saque realizado na conta B. Adicionalmente, o resultado no acumulado reflete também a venda da folha de pagamento do Tribunal de Justiça ao Bradesco (+R\$ 80 milhões).

– **Receita de Contribuições:** No bimestre, houve aumento de R\$ 27,52 milhões, relacionado à Contribuição de Pensionista Civil. No acumulado do ano, houve incremento de 13,1%, devido ao acréscimo na Contribuição de Ativo Civil e no Fundo de Saúde dos Militares.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** Multas e Juros cresceram no bimestre 147,5% (+R\$ 72,38 milhões). Tal aumento foi influenciado pela aplicação de multas expressivas nos setores naval e varejista. Já a receita de Dívida Ativa caiu tanto no bimestre quanto no acumulado: -36,9% (-R\$ 33,78 milhões) e -65,0% (-R\$ 427,17 milhões), respectivamente. Ambos os resultados são efeito do REFIS estadual²⁶, que elevou a base de comparação de 2010.

– **Indenizações e Restituições:** Apresentaram queda de 74% no bimestre, visto que no mesmo período do ano

Tabela 15

DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	965,87	1.776,39	83,9%	3.746,70	4.160,75	11,1%
Receita de Contribuições	247,80	275,32	11,1%	1.040,25	1.176,53	13,1%
Receita Agropecuária	0,03	0,02	-15,0%	0,16	0,14	-15,3%
Receita Industrial	0,02	1,41	6753,2%	0,21	1,61	651,5%
Receita de Serviços	68,74	73,61	7,1%	344,21	342,25	-0,6%
Multas e Juros de Mora	49,09	121,47	147,5%	630,00	482,82	-23,4%
Indenizações e Restituições	419,23	108,94	-74,0%	561,42	228,05	-59,4%
Dívida Ativa	91,58	57,80	-36,9%	657,01	229,84	-65,0%
Receitas Diversas	89,38	1.137,81	1173,0%	513,42	1.699,53	231,0%

Por conta da venda da folha de pagamentos tanto do Executivo quanto do Judiciário ao Bradesco, as Receitas Diversas tiveram um aumento expressivo de 231% no acumulado (+R\$ 1.186 milhões).

²⁶ O Refis estadual permitiu o pagamento à vista ou parcelado de débitos tributários ou sua compensação com precatórios. O programa, que foi instituído no segundo bimestre de 2010, levou ao aumento da quitação da dívida até 31 de maio de 2010, à vista, com benefícios no recolhimento de Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa.

passado havia sido efetuado saque da conta B em valor que foi o dobro do que aconteceu em 2011. No acumulado, essa rubrica teve uma queda de R\$ 333,37 milhões (-59,4%), o que se explica também pela redução das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado e das restituições dos convênios.

III.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital – aquelas que alteram o patrimônio duradouro do Estado – tiveram um expressivo aumento de 470,2% (+R\$ 774,1 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Tal aumento foi alavancado pelas Operações de Crédito e Alienações de Bens, que tiveram incremento da ordem de 677,7% e 4.299,5%, respectivamente.

No acumulado de Janeiro a Dezembro, houve acréscimo nas receitas de Alienação de Bens (+1.062,8%) e nas Transferências de Capital (+28,3%), o que contribuiu para o aumento de 31,1% (+R\$ 696,5 milhões) nas Receitas de Capital.

A receita de Alienação de Bens teve aumento de R\$ 272,7 milhões no bimestre. No acumulado, o crescimento foi de R\$ 488,8 milhões. O resultado superior em 2011 deve-se ao pagamento da 1ª parcela da alienação do BERJ (R\$ 183,6 milhões) e à venda de imóveis e terrenos de propriedade do RIOPREVIDÊNCIA no valor de R\$ 344,6 milhões.

As Transferências de Capital apresentaram no acumulado um desempenho superior em R\$ 209,82 milhões ao do ano anterior. Na comparação bimestral, ocorreu um aumento de R\$ 114,27 milhões (+163,9%), devido, majoritariamente, às transferências de convênios da União destinadas ao PAC.

As Operações de Crédito no acumulado tiveram leve queda de R\$ 23,74 milhões (-1,8%). No bimestre, por sua

Tabela 16

RECETA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2010 / 2011

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV-DEZ)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-DEZ)		var %
	2010	2011		2010	2011	
RECEITAS DE CAPITAL	164,63	938,69	470,2%	2.242,20	2.938,66	31,1%
Operações de Crédito	57,25	445,18	677,7%	1.295,24	1.271,50	-1,8%
Alienação de Bens	6,34	279,03	4.299,5%	45,99	534,78	1.062,8%
Amortiz. de Empréstimos	21,12	30,44	44,1%	148,83	180,56	21,3%
Transf. de Capital	69,72	183,99	163,9%	741,95	951,77	28,3%
Outras Rec. de Capital	10,20	0,05	0,0%	10,20	0,05	0,00%

As receitas de Operações de Crédito e Alienações de Bens tiveram no bimestre um incremento da ordem de 677,7% (+R\$ 387,9 milhões) e 4.299,5% (+R\$ 272,7 milhões), respectivamente.



vez, houve crescimento de R\$ 387,93 (+677,7%) milhões em relação ao mesmo período de 2010.

BOX 02 – PANORAMA ECONÔMICO DO ESTADO.

O índice da produção da Indústria Geral Fluminense apresentou uma variação negativa (-2,1%) em 2011, em relação a 2010. Este efeito é resultado de uma ligeira queda (-0,4%) da Indústria de Transformação, e de uma grande variação negativa (-8,5%) da Indústria Extrativa no ano. Observa-se que a Indústria Extrativa fluminense não seguiu a do país, que cresceu (+2,1%) para o mesmo período. Essa queda da produção industrial era esperada, como se observou no boletim Focus do Banco Central do Brasil.

Quanto ao último bimestre, em relação ao bimestre anterior, houve uma retração da produção industrial (aproximadamente -4%). Essa queda do nível de produção industrial, medida em geral pela Indústria de Transformação, era esperada, pois a produção industrial tem seu auge em Outubro, visando atender a demanda do varejo para Novembro e Dezembro.

Apesar da queda da produção industrial no ano de 2011, as vendas no varejo continuaram crescendo (+6,9%) no período. Desconsiderando o mês de Dezembro, quando as vendas no varejo dão um salto (acima de +35%) em relação ao mês anterior, a variação média mensal de 2011 foi de 10% em relação a 2010. Esse aumento (+6,9%) da atividade no comércio nos últimos 12 meses se deu: (I) pelo aumento da inflação no Estado no período (+6,7%); e (II) pelo aumento no volume de vendas no varejo (+2,8%).

O nível de atividade também pode ser medido pela população economicamente ativa (PEA). Este indicador no Estado cresceu (+2,2%) em 2011, em relação ao ano anterior. Avaliando o Rendimento Médio Real do Trabalho no mesmo período, a preços de Janeiro de 2012, observa-se que no Rio de Janeiro este cresceu (+3,2%). Desconsiderando o mês de Dezembro, quando o rendimento dá um salto (acima de +16% em 2011) em relação ao mês anterior, a variação média mensal de 2011 foi de 4%, em relação a 2010.

Quanto ao emprego no Rio de Janeiro em 2011, a quantidade de empregados com carteira assinada aumentou (+2,3%). Quanto aos empregos sem carteira assinada no Estado, há um ligeiro aumento deste índice para o mesmo período (+0,1%), revertendo a tendência de queda observada desde Setembro de 2010.

PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		nov/11	dez/11	nov/11	dez/11
Produção na Indústria Geral (1)	BR	-1,3%	-9,1%	-2,7%	-1,2%
	ERJ	-1,6%	-5,9%	-3,5%	-2,1%
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	-0,1%	1,6%	3,5%	2,1%
	ERJ	-0,2%	4,4%	-6,5%	-8,5%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	-1,3%	-9,8%	-3,0%	-1,4%
	ERJ	-1,8%	-8,1%	-2,8%	-0,4%
Vendas no Varejo (2)	BR	1,0%	35,7%	10,8%	10,1%
	ERJ	0,6%	38,5%	10,5%	6,9%
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		nov/11	dez/11	nov/11	dez/11
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,5%	0,8%	6,3%	6,4%
	ERJ	0,6%	1,2%	6,5%	6,7%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal		Variação em 12 meses	
		nov/11	dez/11	nov/11	dez/11
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,1%	-0,9%	1,4%	0,7%
	ERJ	0,6%	-1,9%	4,8%	2,2%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5)	BR	9,9%	16,2%	6,5%	2,9%
	ERJ	7,7%	16,3%	0,8%	3,2%
Empregado sem carteira (6)	BR	1,0%	-1,5%	-4,3%	-6,9%
	ERJ	6,4%	-1,8%	2,8%	0,1%
Empregado com carteira (7)	BR	0,5%	0,0%	6,1%	5,2%
	ERJ	-0,6%	-0,5%	5,2%	2,9%
DESEMPREGO		nov/11	dez/11	nov/10	dez/10
Taxa de Desocupação (8)	BR	5,2	4,7	5,7	5,3
	ERJ	5,5	4,9	4,9	4,9

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de janeiro de 2012 PME-IBGE. PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

IV. 1 Análise Geral da Execução da Despesa

No encerramento de 2011, a despesa total liquidada alcançou R\$ 56,55 bilhões, +10,8% em relação a 2010, representando 90,4% da dotação final autorizada que atingiu R\$ 62,54 bilhões, por conta das alterações orçamentárias autorizadas no exercício.

A parcela excedente (11,2% da dotação inicial autorizada) adveio das revisões nas estimativas de Receita em função da melhora contínua da estrutura de arrecadação estadual e da adoção de medidas de captação de receitas extraordinárias para o financiamento de programas estratégicos de governo, dentre elas, a venda de ativos.

Mesmo assim, de forma conservadora, permaneceram contingenciados R\$ 519 milhões no âmbito das dotações do Poder Executivo, por conta de frustração de receita de algumas fontes de recursos, em que pesem os créditos autorizados pela incorporação de excesso de arrecadação, conforme comentado acima.

No Poder Executivo, as despesas liquidadas aumentaram 11,6% em relação a 2010 enquanto nos Outros Poderes o aumento foi de 3,7%.

A Tabela 18, apresentada a seguir, detalha as alterações orçamentárias ocorridas nas fontes de recursos ao longo deste ano, que somaram R\$ 6,32 bilhões. Tais alterações, em sua maioria, são decorrentes de Excesso de Arrecadação e Superávits Financeiros autorizados ao longo do ano.

Tabela 17
**EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-DEZ 2010 / JAN-DEZ 2011**
R\$ Milhões

PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. FINAL JAN - DEZ	CONTING	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 4º TRIM*	EMP. JAN- DEZ	LIQ. JAN- DEZ
2010	DESPESA SEM INTRA	41.562	48.397	303	48.093		44.632	44.632
	DESPESA INTRA	1.586	1.701	2	1.699		1.689	1.689
	DESPESA TOTAL	43.148	50.098	306	49.792	48.061	46.321	46.321
2011	DESPESA SEM INTRA	49.826	55.665	505	55.160		49.832	49.832
	DESPESA INTRA	1.771	1.884	14	1.870		1.864	1.864
	DESPESA TOTAL	51.597	57.549	519	57.030	55.604	51.696	51.696
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. FINAL JAN - DEZ	CONTING	DISP.	COTA ORÇAM. LIBERADA 4º TRIM**	EMP. JAN- DEZ	LIQ. JAN- DEZ
2010	DESPESA SEM INTRA	3.985	4.619		4.619		4.397	4.397
	DESPESA INTRA	271	326		326		285	285
	DESPESA TOTAL	4.256	4.945		4.945		4.112	4.681
2011	DESPESA SEM INTRA	4.268	4.655		4.655		4.531	4.531
	DESPESA INTRA	349	338		338		326	326
	DESPESA TOTAL	4.617	4.992		4.992		4.857	4.857

Posição SIGSIAFEM: 08/02/2012

* EM 2010 A LIBERAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA ERA QUADRIMESTRAL. A PARTIR DE 2011 PASSA A SER TRIMESTRAL.

** PARA OS OUTROS PODERES NÃO EXISTE COTA ORÇAMENTÁRIA

Em 2011 foram liquidados R\$ 56,55 bilhões, equivalente a 90,4% do orçamento autorizado.

Tabela 18

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS JAN- DEZ 2011					
FR	TÍTULO DA FR	LOA 2011	DOTAÇÃO ATUAL 2011	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	JUSTIFICATIVAS
00	PROVENIENTE DE IMPOSTOS	28.967.171.678	29.220.414.111	253.242.433	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
01	NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS	430.939.829	1.980.388.195	1.549.448.366	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R\$ 1.284.026.725 / SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$ 265.421.641
04	ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	2.176.164.619	2.466.788.246	290.623.627	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	347.872.035	352.465.831	4.593.796	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
06	FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS	964.860.188	1.026.418.688	61.558.500	SUPERÁVIT FINANCEIRO
07	DEMAIS TRANF. DA UNIÃO PROV. IMPOSTOS	986.155.579	1.023.054.599	36.899.020	SUPERÁVIT FINANCEIRO
10	ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	10.630.936.313	13.257.081.659	2.626.145.346	SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$ 1.104.341.069 / COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA: R\$ 76.298.871 / EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R\$ 1.445.505.407
11	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.426.159.000	2.844.725.572	418.566.572	NOVAS OPERAÇÕES: R\$292.543.667 / SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010: R\$126.022.904/ CANCELAMENTO R\$ 4.054.999
12	CONVÊNIOS ADM. DIRETA	554.135.199	1.251.172.362	697.037.163	SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$112.543.709 / CONVÊNIOS: R\$ 584.458.863 / EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R\$ 34.591
13	CONVÊNIOS ADM. INDIRETA	367.867.260	447.198.681	79.331.421	SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$ 77.867.130/ CONVÊNIOS: R\$ 1.239.934 / EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R\$ 1.368.716/ Cancelamento: R\$ 1.144.360
15	FUNDEB	2.482.630.286	2.495.882.355	13.252.069	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
16	CONVÊNIOS PAC ADM. DIRETA	439.701.344	491.242.051	51.540.707	NOVOS CONVÊNIOS
18	CONVÊNIOS INTRA ADM. DIRETA	275.085.182	429.223.928	154.138.746	SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$ 14.891.314 / CONVÊNIOS: R\$ 139.247.432
19	CONVÊNIOS INTRA ADM. INDIRETA	51.564.122	64.596.931	13.032.809	SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$ 9.419.402 / EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R\$ 2.476.047 / NOVOS CONVÊNIOS: R\$ 1.137.360
23	CONTRATOS INTRA-ORÇ. DE GESTÃO DE SAÚDE	-	5.490.250	5.490.250	NOVOS CONVÊNIOS
25	SUS	907.837.152	909.138.388	1.301.236	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2010
26	CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECON.	102.114.632	107.918.993	5.804.361	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
95	RETORNO DE EMPRÉSTIMOS DO PROGRAMA DE FOMENTO	3.780.000	6.869.555	3.089.555	SUPERÁVIT FINANCEIRO
98	OUTRAS RECEITAS ADM. DIRETA	18.868.343	17.293.114	(1.575.229)	CANCELAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
99	OUTRAS RECEITAS ADM. INDIRETA	293.566.250	353.269.162	59.702.912	SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$ 46.476.156 / CONVÊNIOS: R\$ 1.767.405 / TROCA DE FONTE: R\$ 10.419.259 / DOAÇÃO: R\$ 480.000 / EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: R\$ 560.091
	DEMAIS FONTES SEM	3.766.812.421	3.766.812.421		
	TOTAL	56.194.221.432	62.517.445.090	6.323.223.658	

Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012

Despesa por Fonte de Recurso:

No exercício de 2011, desconsideradas as despesas intraorçamentárias, o gasto total alcançou R\$ 54,36 bilhões, 10,88% acima do realizado no ano anterior. Destes, 70,01% (R\$ 38,06 bilhões) provenientes do Tesouro e os 29,99% (R\$ 16,30 bilhões) restantes ficaram a cargo das Outras Fontes de Recursos. Quando comparado a 2010, o Tesouro apresentou uma elevação de 10,77% (R\$ 3,70 bilhões) motivada pelo acréscimo R\$ 2,42 bilhões na Fonte de Recursos provenientes de impostos – FR 00.

A elevação de 88,77% (R\$ 869 milhões) nas despesas financiadas com os recursos não provenientes de impostos (FR 01) foi destinada principalmente para custear obras de infraestrutura gerenciada pela SEOBRAS (R\$ 92 milhões), operação e conservação de rodovias realizado pelo DER (R\$ 89 milhões), serviços e atividades na área da Saúde (R\$ 43 milhões), operacionalização do Bilhete Único (R\$ 71 milhões) e implantação de novas linhas de metrô (R\$ 112 milhões).

O crescimento de 30,85% (R\$ 231 milhões) das despesas financiadas com recursos do Fundo de Participação do Estado (FR 06) destinou-se basicamente ao pagamento da dívida interna.

O aumento de gastos com o pessoal da educação básica nos níveis fundamental e médio foi responsável pela variação positiva (+11,41%) das despesas custeadas com recursos do FUNDEB (FR 15).

Tabela 19

DESPESA LIQUIDADADA POR FONTE DE RECURSO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-DEZ 2010/ JAN-DEZ 2011			
R\$ MILHÕES			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ	JAN-DEZ	VAR %
RECURSOS DO TESOURO	34.357	38.058	10,77%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	25.142	27.625	9,88%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	979	1.848	88,77%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)***	2.752	2.467	-10,35%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	300	294	-1,98%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	748	979	30,85%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	660	902	36,68%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	1.293	1.295	0,13%
FECF - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	2.339	2.428	3,83%
DEMAIS FONTES*	144	220	151,33%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	14.671	16.305	11,14%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	10.185	11.667	14,56%
CONVÊNIO	1.642	1.487	-9,42%
FUNDEB (FR 15)	1.888	2.103	11,41%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	685	744	8,61%
DEMAIS FONTES**	272	303	11,59%
TOTAL GERAL	49.028	54.363	10,88%

* FRS 20, 21, 26, 90, 95 / ** FRS 96, 97, 98, 99
 *** Em 2010 a FR 04 inclui as despesas financiadas com recursos provenientes de Marlim.
 Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
 Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012

Os recursos não provenientes de impostos (FR 01) apresentaram maior variação percentual em relação a 2010 (+88,77%). Deste incremento, R\$ 112 milhões direcionadas às novas linhas do metrô.

Despesa por Grupo:

A Tabela 20 apresenta o montante liquidado por Grupo de Despesas e Categoria Econômica no exercício de 2011.

O grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentou um crescimento de 9,75% (R\$ 1,12 bilhões) em seus dispêndios, por conta de reajustes salariais tanto no Poder Executivo quanto nos Outros Poderes. No Poder Executivo, o gasto de pessoal cresceu 11,81% (+R\$ 980 milhões), principalmente por conta dos reajustes concedidos nas áreas de Segurança (+R\$ 426 milhões), da Educação (+R\$ 275 milhões) e da Saúde (+R\$ 115 milhões).

Os Outros Poderes obtiveram um crescimento de 4,32% (+R\$ 135 milhões) em relação ao exercício de 2010. Os órgãos que apresentaram as maiores variações foram o Ministério Público (+R\$ 53 milhões), o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (+R\$ 44 milhões) e o Tribunal de Justiça (+R\$ 42 milhões).

A Despesa de Custeio do Poder Executivo superou a do ano 2010 em 13,86% (+R\$ 4,016 bilhões). Tal variação se concentrou na área da Saúde (+R\$ 281 milhões) devido aos gastos com o Rio Imagem e com Assistência Hospitalar, e na área de Transportes, cujo crescimento do Programa Bilhete Único foi responsável por +R\$ 191 milhões.

Nos Outros Poderes, o acréscimo com Custeio de R\$ 85 milhões tem sua maior parcela aplicada no Tribunal de Justiça (69%), para a operacionalização de processos jurídicos.

Os Investimentos tiveram uma redução de R\$ 450 milhões (-9,19%) frente o mesmo período de 2010. Este cenário foi fundamentado em grande parte pelo término de algumas obras financiadas pelo PAC, que, em 2011, tiveram execução inferior em 34% à de 2010, compatível com o andamento das obras.

Tabela 20

DESPESAS POR GRUPO				
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADADA JAN-DEZ 2010 / JAN-DEZ 2011				
R\$ MIL				
CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	2010	2011	VAR %
		JAN-DEZ	JAN-DEZ	
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.397.132	12.513.348	9,75%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	8.255.486	9.235.952	11,81%
	1.2 - OUTROS PODERES	3.141.645	3.277.396	4,32%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.334.211	2.469.236	5,78%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.778.237	32.794.949	13,06%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	28.778.237	32.794.949	13,86%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	27.855.309	31.786.693	14,01%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	922.928	1.008.256	9,25%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	7.893.432	9.069.416	14,90%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS	12.397.730	13.640.805	10,03%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.489.822	1.509.729	1,34%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	3.949.478	4.373.523	10,74%
	3.3.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	6.958.430	7.757.553	11,48%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	5.165.741	4.715.017	-9,19%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	4.376.864	4.075.199	-7,44%
	4.2 - OUTROS PODERES	328.818	233.684	-28,93%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS	460.059	406.134	-11,72%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	125.180	240.053	91,77%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.227.768	1.630.549	32,81%
TOTAL GERAL		49.028.269	54.363.153	10,88%
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE				
Posição SIC/SIAFEM: 08/02/2012				

Os reajustes salariais nas áreas de Segurança, Saúde e Educação elevaram os gastos de pessoal. Em custeio, o Poder Executivo gastou R\$ 32,79 bilhões.

Despesa por Função:

A Tabela 21 demonstra a Despesa realizada em 2010 e 2011 por Função, a fim de evidenciar a aplicação dos recursos nas diversas áreas de Governo.

Se desconsideradas as Funções Previdência Social e Encargos Especiais que se referem às despesas não discricionárias, a maior parcela dos gastos se concentra nas áreas de Educação, Segurança e Saúde que participam com 24%, 16%, 13% respectivamente na despesa total, confirmando a atenção dada às áreas prioritárias de Governo.

Merece destaque o expressivo crescimento na área de Segurança (+R\$ 647,79 milhões) em relação a 2010, resultado do esforço dedicado às ações nesta área, comentado com mais detalhes no BOX 04.

Em parceria com as ações de Segurança Pública, a função Desporto e Lazer aplicou +R\$ 45 milhões para incentivo a prática esportiva em comunidades de baixa renda pacificadas.

Com crescimento igualmente expressivo, vale mencionar as áreas de Educação (+R\$ 588,23 milhões), Saúde (+R\$ 362,30 milhões) e Transportes (+R\$ 169,01 milhões).

Em termos percentuais, a função Organização Agrária teve grande variação (147,04%), resultado do reforço nas ações de regularização fundiária e assentamento de famílias.

Tabela 21

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESPESA LIQUIDADADA JAN-DEZ 2010 / JAN-DEZ 2011			
DISCRIMINAÇÃO	6º Bim 2010	6º Bim 2011	Δ % 2010 /2011
Administração	1.406.650.428	1.548.569.426	10,09%
Agricultura	176.489.564	195.076.747	10,53%
Assistência Social	218.897.541	265.014.421	21,07%
Ciência e Tecnologia	195.317.858	220.573.502	12,93%
Comércio e Serviços	236.460.902	250.710.950	6,03%
Comunicações	174.131.434	225.467.931	29,48%
Cultura	163.590.028	181.106.154	10,71%
Desporto e Lazer	97.954.551	143.347.455	46,34%
Direitos da Cidadania	220.729.296	270.872.574	22,72%
Educação	6.186.940.450	6.775.179.699	9,51%
Encargos Especiais	14.886.041.871	16.528.429.180	11,03%
Essencial à Justiça	1.338.203.206	1.393.114.140	4,10%
Gestão Ambiental	597.712.687	472.447.049	-20,96%
Habituação	220.636.566	224.727.674	1,85%
Indústria	133.072.771	248.226.333	86,53%
Judiciária	2.826.726.958	2.798.340.896	-1,00%
Legislativa	852.999.865	940.283.439	10,23%
Organização Agrária	6.311.558	15.591.901	147,04%
Previdência Social	8.135.835.160	9.553.554.487	17,43%
Saneamento	177.526.754	239.644.280	34,99%
Saúde	3.513.083.255	3.875.393.042	10,31%
Segurança Pública	3.914.563.860	4.562.360.619	16,55%
Trabalho	40.172.186	25.782.640	-35,82%
Transporte	1.788.428.088	1.957.440.540	9,45%
Urbanismo	1.519.792.561	1.451.898.671	-4,47%
TOTAL	49.028.269.397	54.363.153.750	10,88%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012

Educação, Segurança e Saúde concentraram a maior parte dos gastos por serem as áreas prioritárias do Governo.

IV.2 - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁷, FECAM²⁸ e FEHIS²⁹.

A Constituição Federal determina que os Estados apliquem, no mínimo, 12% das receitas provenientes de impostos e transferências na área de Saúde e 25% na Educação.

Já a Constituição Estadual estabelece que sejam aplicados na FAPERJ 2% das receitas advindas de impostos e transferências. No FECAM, o mínimo a ser gasto anualmente é 5% das receitas provenientes de *Royalties* e Participações Especiais, fortalecendo as ações de preservação do meio ambiente, e por último, no FEHIS a aplicação mínima é de 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECF).

A Tabela 22 mostra os percentuais aplicados nos dois últimos exercícios. No ano de 2011, todos os mínimos estabelecidos foram alcançados. No entanto, à exceção do FEHIS, os percentuais aplicados sofreram redução em comparação com o exercício de 2010, pois as despesas aumentaram em proporção inferior às receitas.

Educação:

Apesar de uma pequena redução do percentual aplicado em 2011 se comparado ao índice de 2010, as despesas totais aplicadas na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica apresentaram um aumento de 10,04% (+R\$ 600 milhões). A Tabela 23 apresenta os recursos aplicados na Educação divididos por Grupo de Despesa, bem como a variação percentual. Pode-se verificar que Pessoal e Outras Despesas Correntes foram as rubricas que tiveram maior variação, além das despesas financiadas pelo retorno de transferências ao FUNDEB,

²⁷ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁸ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Tabela 22

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADADA		
EM R\$ MIL		
PERÍODO	JAN- DEZ 2010	JAN- DEZ 2011
EDUCAÇÃO		
RECEITA BASE	23.620.174	26.060.667
DESPESA LIQUIDADADA*	5.969.425	6.568.925
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	5.905.044	6.515.167
% ÍNDICE	25,27%	25,21%
SAÚDE		
RECEITA BASE	23.620.147	26.060.635
DESPESA LIQUIDADADA*	2.887.977	3.184.510
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.834.418	3.127.276
% ÍNDICE	12,23%	12,22%
FAPERJ		
RECEITA BASE	14.133.232.671	15.467.813.572
DESPESA LIQUIDADADA*	301.904.347	312.632.432
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	282.664.653	309.356.271
% ÍNDICE	2,14%	2,02%
FECAM**		
RECEITA BASE	6.127.328.464	6.614.715.765
DESPESA LIQUIDADADA*	373.867	330.736
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	306.366	330.736
% ÍNDICE	6,10%	5,00%
FEHIS		
RECEITA BASE	2.253.452	2.524.854
DESPESA LIQUIDADADA*	231.145	260.970
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	225.345	252.485
% ÍNDICE	10,26%	10,34%

* DESCONTA O VALOR DE RP CANCELADO (DE 2006 a 2010)
Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012
** A receita base de 2010 desconsidera os R\$460,05 milhões de receita de MARLIN

Tabela 23

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO (Liquidado)			
PARÂMETRO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL			
	JAN- DEZ 2010	JAN- DEZ 2011	Δ % 2010 /2011
PESSOAL	909.131.083	1.038.502.870	14,23%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.877.935.912	5.374.876.530	10,19%
CUSTEIO	928.458.090	1.001.353.316	7,85%
PERDA LÍQUIDA / RETORNO FUNDEB	3.949.477.822	4.373.523.214	10,74%
INVESTIMENTOS	171.954.902	167.225.577	-2,75%
INVERSÕES	10.403.300	-	-100,00%
RP CANCELADO		(11.679.702)	
TOTAL	5.969.425.197	6.568.925.276	10,04%

Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012

que aumentaram 10,74% impulsionadas pelo crescimento dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Estados – FR 06 (+23,18%) e de Demais Transferências de União – FR 07 (+28,89%).

Contribuíram para o aumento das Despesas com Pessoal a convocação de novos concursados e a contratação de aproximadamente 9,5 mil professores, além dos reajustes salariais e da concessão de benefícios como o vale-transporte. Houve um aumento de 44,73% (+R\$ 30 milhões) no pagamento dos servidores do Ensino Profissionalizante e de 38,60% (+R\$ 45 milhões) nos profissionais do Ensino Médio Técnico.

Na rubrica Outras Despesas Correntes, foram realizados gastos com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino no Estado por meio de atividades de capacitação dos profissionais e de projetos pedagógicos voltados para a melhoria do desempenho dos alunos. Houve avanço também na área de comunicação com a implantação do “Projeto SEEDUC e Você”, facilitando a comunicação entre os profissionais da educação e os sistemas Boletim Online e Matrícula Fácil, que beneficiam diretamente os matriculados.

Também merece destaque a aplicação de recursos na infraestrutura das unidades de ensino. Resultado disso foi a elevação de 7% para 9% do percentual de escolas consideradas com ótima infraestrutura. No total, 432 escolas sofreram obras ou reformas no ano de 2011.

Saúde:

Na Saúde, foram gastos 10,27% a mais do que em 2010, equivalente a +R\$ 296,5 milhões. Os Investimentos foram a conta que teve maior variação positiva, R\$ 46,5 milhões a mais em relação ao ano passado, um crescimento de 30,69% (ver Tabela 24).

A população foi diretamente beneficiada pela aplicação dos recursos em Saúde neste ano. Foram inauguradas mais seis Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h – em 2011. Três municípios ganharam a primeira unidade

Em 2011, a Secretaria de Educação contratou 9,5 mil professores para atender à rede de ensino estadual.

Tabela 24

DESPESA DA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO (Liquidado)			
PARÂMETRO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL			
	JAN-DEZ 2010	JAN-DEZ 2011	Δ % 2010 /2011
PESSOAL	1.211.389.195	1.359.457.106	12,22%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.427.450.663	1.544.495.659	8,20%
INVESTIMENTOS	151.649.833	198.184.520	30,69%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	97.487.662	95.306.274	-2,24%
RP CANCELADO		(12.933.126)	
TOTAL	2.887.977.352	3.184.510.433	10,27%
Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012			

(Itaperuna, Nilópolis e Resende); São Gonçalo e Cabo Frio ganharam sua segunda UPA 24h; e ainda foi inaugurada a UPA de Copacabana, treinada especialmente para o atendimento ao idoso. Ao todo, o Estado já conta com 49 UPAs 24h, sendo 19 na capital.

Em Dezembro, foi aberto o Centro de Diagnóstico por Imagem do Estado do Rio de Janeiro, o Rio Imagem, que custou ao Tesouro R\$ 38,4 milhões para ser construído e equipado. Implantado para ser um centro de excelência na realização de exames, conta com equipamentos modernos e profissionais altamente capacitados, podendo realizar até 22 mil exames por mês. A expectativa é que o tempo de espera seja reduzido para, no máximo, dois meses.

FAPERJ, FECAM e FEHIS:

Nas despesas da FAPERJ, em geral, não houve grandes variações em relação ao ano passado. O montante aplicado apresentou um aumento de 3,55% (+R\$ 10,7 milhões). Na função Ciência e Tecnologia foram aplicados R\$ 8,3 milhões a mais do que em 2010. Este montante foi direcionado ao pagamento de Auxílio Financeiro a Pesquisadores.

O FECAM apresentou redução no total aplicado em relação ao exercício anterior. Essa aparente redução de R\$ 43 milhões em 2011 se dá por conta da aplicação em 2010 de recursos provenientes do acerto de Marlim (R\$ 101,19 milhões).

A Tabela 25 apresenta as despesas do FECAM por Fonte de Recurso.

Entre as ações que sofreram mais impacto com a redução dos recursos estão Materialização de Eco Limites (-93%) e Gestão e Controle Florestal (-89,07%).

Diferentemente do FECAM, o FEHIS apresentou aumento em relação ao ano passado. As despesas totais cresceram 12,9%. A Tabela 26 detalha valores liquidados em 2010 e 2011 dos projetos contabilizados para o índice divididos por órgão.

A área de Saúde aplicou R\$38,4 milhões na construção do Rio Imagem, considerado um centro de excelência na realização de exames.

Tabela 25

DESPESA DO FECAM POR FONTE DE RECURSOS (Liquidado)			
PARÂMETRO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL			
	JAN-DEZ 2010	JAN-DEZ 2011	Δ % 2010 /2011
Ordinários Não-Provenientes de Impostos	473.459	1.034.099	118,41%
Indenização por Extração de Petróleo	373.393.698	329.701.690	-11,70%
TOTAL	373.867.157	330.735.789	-11,54%
Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012			

Entre os projetos que tiveram continuidade nestes dois anos, destacam-se: Gestão de Política Habitacional, que teve suas metas ampliadas para esse ano, justificando o aumento da sua execução; Regularização Fundiária e Consolidação de Assentamentos Humanos, que visa à regularização fundiária e urbanística para melhorar as condições de habitabilidade; e Realocação de Moradores de Assentamentos Populares em Áreas de Risco/Insalubres, que previu a realocação de 366 famílias por meio de aluguel social ou indenizações.

Tabela 26

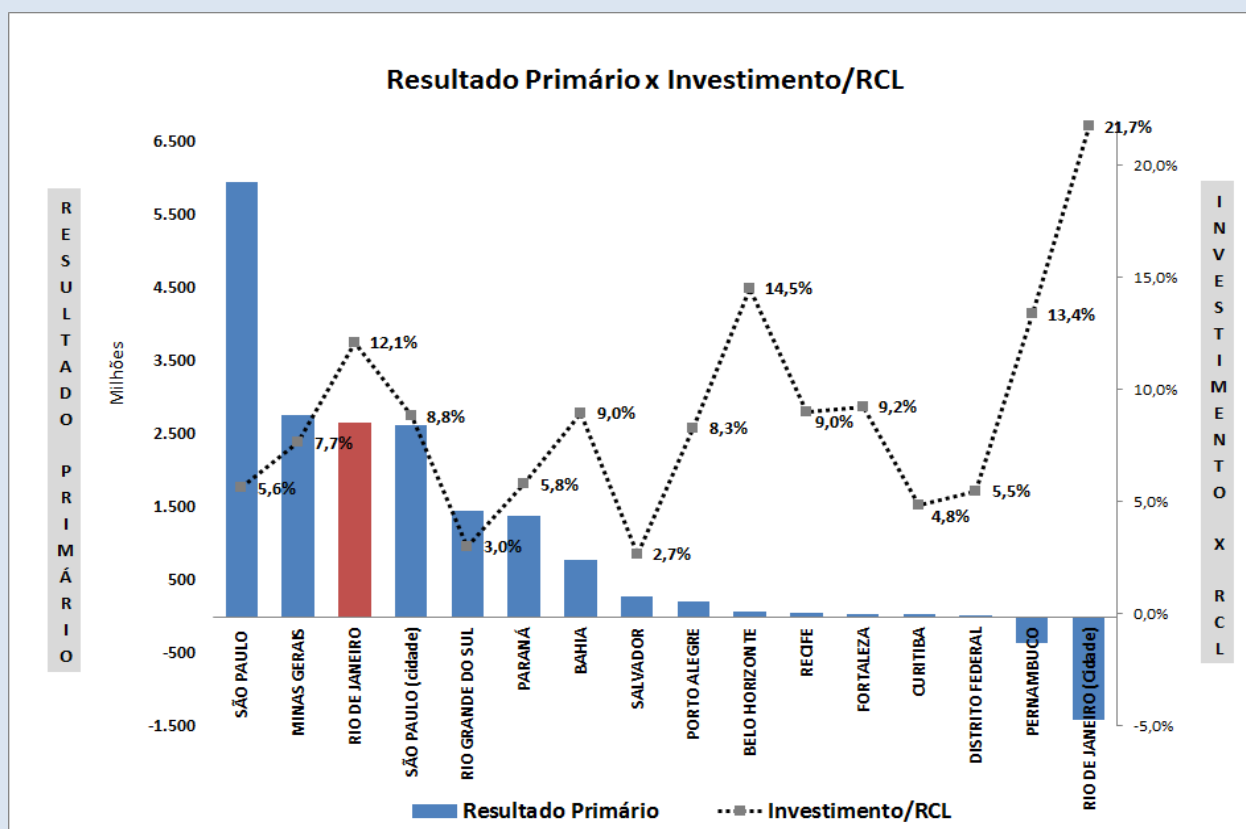
DESPESA DO FEHIS POR PROJETOS (Liquidado)				
PARÂMETRO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL				
TÍTULO DO ÓRGÃO	TÍTULO DO PROJETO	JAN-DEZ 2010	JAN-DEZ 2011	Δ % 2010 /2011
Secretaria de Estado de Obras	Infraestrutura em Assentamentos Precários	256.991	-	-100,00%
	Projetos Especiais	-	26.584.238	-
	Recuper Região Serrana com ações de socorro,		45.239.390	-
	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	43.381.164	2.837.533	-93,46%
	Urbanização do Dona Marta	468.050		-100,00%
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	22.185.626	6.414.642	-71,09%
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	16.898.506	18.477.786	9,35%
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	4.689.075	782.277	-83,32%
TOTAL SEOBRAS		87.879.411	100.335.865	14,17%
Secretaria de Estado de Habitação	Gestão da Política de Habitação	84.106	19.308.999	22857,93%
	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	276.694	13.700	-95,05%
TOTAL SEH		360.800	19.322.699	5255,52%
Instit de Terras e Cartografia do Est do RJ	Regulariz Fund e Consolid de Assent Humanos	2.326.912	10.161.730	336,70%
TOTAL ITERJ		2.326.912	10.161.730	336,70%
Companhia Estadual de Habitação do RJ	Construção de Unidades Habitacionais	19.622.767	35.691.477	81,89%
	Despesas Obrigatórias	209.999	-	-100,00%
	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	31.919	337	-98,94%
	Progr Recuperação de Receita Oriunda do FCVS		36.618	-
	Projetos Habitacionais a cargo do FNHIS	1.689.130	3.950.675	133,89%
	Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	109.396.143	84.559.934	-22,70%
	Realoc Morad Assent Popul Áreas Risco/Insalub	2.049.709	4.843.399	136,30%
	Urb. de Assent. Precár no Âmb do PAC II - RJ		1.947.366	-
	Urbanização do Morro do Preventório - PAC-RJ	7.578.601	119.653	-98,42%
TOTAL CEHAB		140.578.268	131.149.459	-6,71%
TOTAL APLICADO NO FEHIS		231.145.391	260.969.753	12,90%
Posição SIG/SIAFEM: 08/02/2012				

BOX 03 – COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2011 ENTRE PRINCIPAIS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Este Box analisa o dispêndio realizado com investimentos ao longo do exercício de 2011 entre 8 cidades, 7 estados, além do Distrito Federal e da União. Os dados foram extraídos dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 6º bimestre nos sites das Secretarias de Fazenda de cada ente.

Para fins de comparação adotou-se como critério a participação da despesa liquidada com investimentos em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) do ano.

O Gráfico abaixo apresenta o resultado primário e percentual aplicado pelas cidades e estados analisados. Em primeiro lugar aparece o município do Rio de Janeiro com 21,7%, seguido de Belo Horizonte. Dentre os Estados, Pernambuco e Rio de Janeiro se destacam, ficando em 3º e 4º lugar respectivamente.

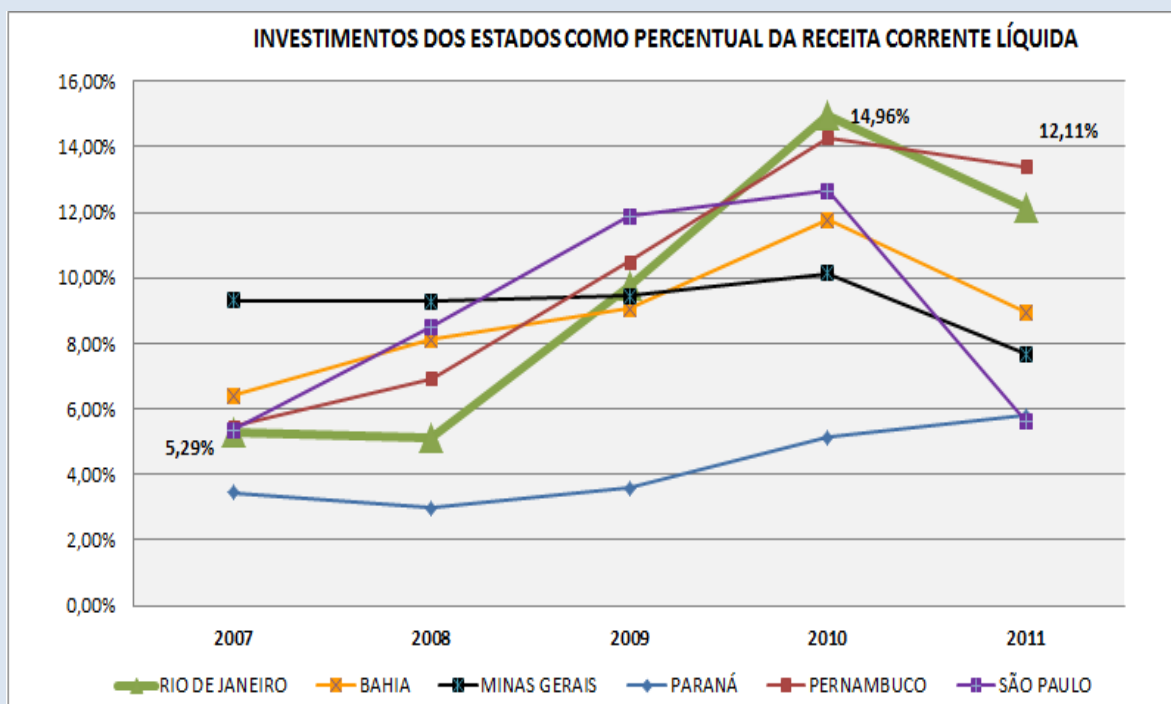


Entretanto o aumento percentual dos investimentos comprometeu o resultado primário de alguns entes federativos. Como o gráfico demonstra o estado fluminense apresentou o terceiro melhor resultado primário (R\$ 2,65 bilhão) diferentemente da capital, que apesar de ter a maior taxa de investimento, demonstrou um resultado primário negativo. Belo Horizonte e Pernambuco também ficaram abaixo do ERJ.

Desde 2007 o Estado do Rio vem investindo em áreas que exigem grande aporte de recursos, tais como Transportes, Urbanismo, Segurança, Saúde e Educação. Em 2011, essas áreas foram responsáveis por cerca de 78% dos investimentos totais, como é apresentado na Tabela abaixo. Tais despesas foram financiadas com recursos do Tesouro (60%) e com recursos captados via convênios e operações de crédito.

FUNÇÃO	REALIZADO	PARTICIPAÇÃO
Educação	256.398.637	5,4%
Gestão Ambiental	317.321.867	6,7%
Saneamento	239.644.280	5,1%
Saúde	211.127.478	4,5%
Segurança Pública	295.541.382	6,3%
Transporte	948.152.595	20,1%
Urbanismo	1.407.034.705	29,8%
Subtotal	3.675.220.945	77,9%
Demais Funções	1.039.796.229	22,1%
Total Realizado	4.715.017.174	100,0%

O gráfico abaixo mostra um comparativo do total investido entre os maiores estados desde 2007. Em termos percentuais da RCL, o ERJ passou de um total de investimentos de 5,29 % em 2007 para 12,11% em 2011, com destaque para 2010 em que o total de investimentos alcançou 14,96%, ultrapassando todos os estados analisados.



BOX 04 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NA ÁREA DE SEGURANÇA

Neste Box apresenta-se a evolução das despesas na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, com destaque para gastos de pessoal e sua comparação com outros Estados da Federação, de porte idêntico.

I – Estado do Rio de Janeiro – Despesas com Pessoal

Desde de 2007 o Estado do Rio de Janeiro vem concentrando esforços na área de Segurança Pública, com foco voltado para melhorias das condições de trabalho e valorização do profissional.

A despesa com pessoal nesta área se apresenta em constante evolução por conta dos reajustes concedidos desde o início da atual gestão e pelo aumento do efetivo com a realização de concursos públicos.

A tabela abaixo apresenta a evolução desta despesa desde 2008 por unidade orçamentária, não considerados os gastos com inativos. Ao longo do período analisado, a variação positiva de 58,2% na despesa de pessoal resultou numa despesa de aproximadamente R\$1,3 bilhão a mais em 2011.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL NA ÁREA DE SEGURANÇA

		Em R\$ 1,00			
RIO DE JANEIRO	UO	2008	2009	2010	2011
	Secretaria de Estado da Defesa Civil	367.882.372	398.372.045	449.776.793	560.727.740
	Secretaria de Estado de Admin.Penitenciária	155.068.932	181.010.993	244.413.678	311.230.637
	Secretaria de Estado de Segurança	14.028.691	20.149.910	30.438.698	57.551.097
	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	542.648.482	574.119.686	689.956.553	772.902.331
	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	1.146.196.488	1.243.309.622	1.532.935.565	1.818.795.449
	TOTAL GERAL	2.225.824.964	2.416.962.255	2.947.521.286	3.521.207.253

* Não inclui o valor referente ao pessoal do Corpo de Bombeiros, pago pelo Fundo Estadual de Saúde (2011 = R\$ 294.458.893)

A Tabela a seguir apresenta os reajustes concedidos a policiais, bombeiros e inspetores penitenciários desde 2007.

QUADRO RESUMO DOS REAJUSTES DE PESSOAL CONCEDIDOS À ÁREA DE SEGURANÇA

TIPO DE REAJUSTE	INSTITUIÇÕES / CARREIRAS	LEI	ANO
REAJUSTE DE 4%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ / INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5081	2007
REAJUSTE DE 8%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ / INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5301	2008
REAJUSTE DE 5%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ	LEI Nº 5573	2009
REAJUSTE DE 5%	SANTA CABRINI / INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5578	2009
REAJUSTE DE 10%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ	LEI Nº 5750	2010
REAJUSTE DE 10%	PESSOAL ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5751	2010
REAJUSTE DE 4,769%	INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5754	2010
REAJUSTE DE 10%	PESSOAL ADM. PENITENCIÁRIA (EXCETO INSPETORES)	LEI Nº 5754	2010
REAJUSTE DE 10%	SANTA CABRINI	LEI Nº 5763	2010
MAJORA VENCIMENTOS	DELEGADOS DE POLÍCIA	LEI Nº 5764	2010
REAJUSTE EM 48 PARCELAS DE 0,915%	PCERJ / PMERJ / CBMERJ	LEI Nº 5767	2010
REAJUSTE EM 48 PARCELAS DE 0,915%	INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5768	2010
ANTECIPAÇÃO DA MAJORAÇÃO DE 0,915% DOS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO PARA JULHO	PCERJ / PMERJ / CBMERJ / INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 5995	2011
ANTECIPAÇÃO DA MAJORAÇÃO DE 0,915% DOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2012 PARA FEVEREIRO 2012	PCERJ / PMERJ / CBMERJ / INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 6.162	2012
ANTECIPAÇÃO DA MAJORAÇÃO DE 0,915% DOS MESES DE FEVEREIRO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2014 PARA FEVEREIRO 2013	PCERJ / PMERJ / CBMERJ / INSPETOR DE SEGURANÇA E ADM. PENITENCIÁRIA	LEI Nº 6.162	2012

Para 2012, foi aprovada a Lei que antecipa a majoração que seria concedida ao longo deste exercício e para 2013, também será feita a antecipação de reajuste previsto para o exercício e para 2014. Diante disso, os salários desses profissionais serão reajustados já em fevereiro de 2013 em 26%. Com esta nova medida, o reajuste total das categorias será de 39%, entre fevereiro de 2012 e fevereiro 2013.

II - Comparativo da Despesa de Pessoal entre Estados

Neste item é feita uma comparação das despesas de pessoal entre os principais Estados da Federação: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará. As informações foram extraídas dos Portais de Transparência de cada Estado para o período 2007 a 2011.

A Tabela abaixo apresenta os valores aplicados em pessoal da área de Segurança como percentual da Receita Corrente Líquida. Embora nem todos os Estados tenham informações disponíveis para todo o período analisado, entre 2007 e 2011, o ERJ apresenta, em média, o segundo maior percentual, atrás apenas de Minas Gerais.

COMPARATIVO ENTRE ESTADOS - DESPESAS DE PESSOAL NA ÁREA DE SEGURANÇA / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

	2007	2008	2009	2010	2011
Rio de Janeiro	11,15%	10,69%	12,81%	13,04%	13,67%
Minas Gerais	17,27%	15,35%	16,45%	17,57%	16,88%
São Paulo	9,54%	7,20%	7,85%	7,10%	7,14%
Ceará	7,66%	7,52%	9,71%	9,54%	-
Bahia	10,43%	10,04%	10,88%	11,19%	11,30%
Paraná	7,80%	7,38%	7,38%	7,44%	7,64%
Pernambuco	9,85%	10,24%	11,48%	12,77%	13,77%
Rio Grande do Sul	10,96%	8,09%	8,83%	8,92%	8,49%

III - Comparativo da Despesa Total na Função Segurança entre Estados

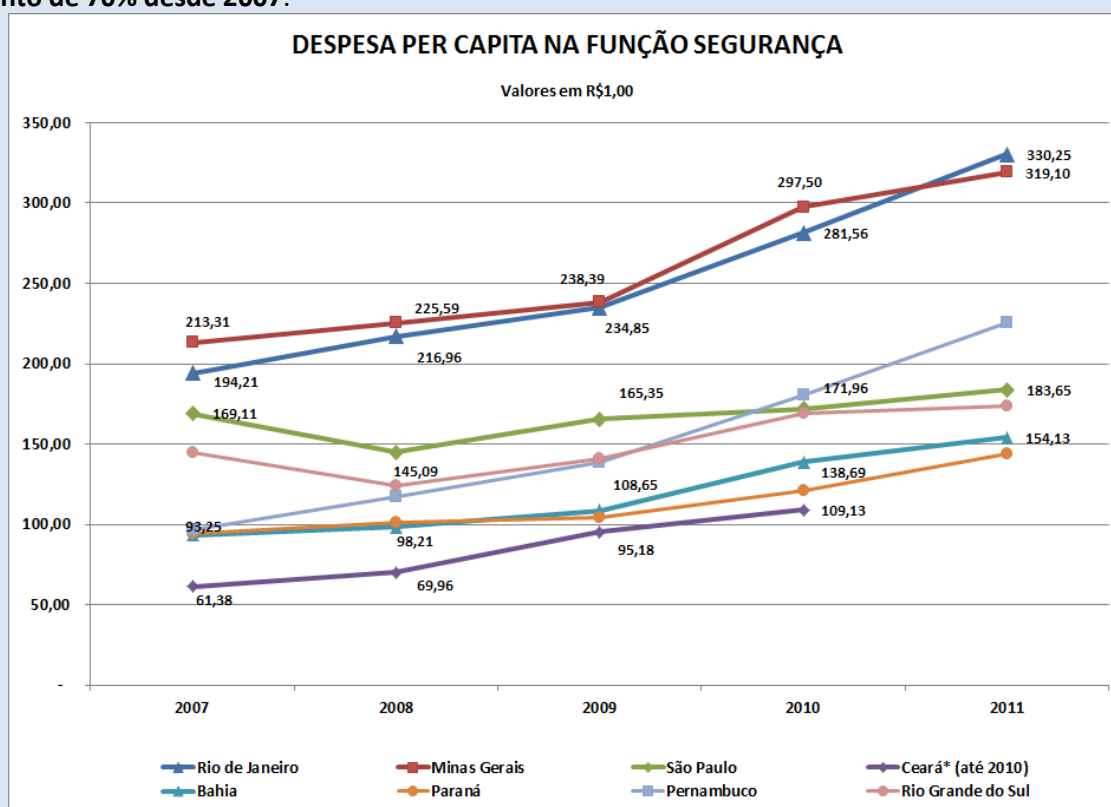
Neste item considera-se a despesa total com a função segurança, não incluídos os Inativos desta área que constam da função Previdência.

A Tabela a seguir mostra a evolução dos gastos nos Estados analisados. Observa-se que o ERJ teve um crescimento expressivo no período (77,7%) resultado do reforço nas ações do Estado na Política de Segurança Pública. Atualmente o Estado já conta com 19 Unidades de Polícia Pacificadora.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

	2007	2008	2009	2010	2011	Δ % 2007/2011	Δ % 2008/2010
Rio de Janeiro	2.994.802.427	3.402.920.922	3.710.870.803	4.503.160.555	5.321.146.721	77,7%	32,33%
Minas Gerais	4.111.314.464	4.490.109.422	4.788.721.667	5.829.578.341	6.295.405.178	53,1%	29,83%
São Paulo	6.735.246.000	5.914.482.000	6.795.424.000	7.093.847.000	7.637.445.000	13,4%	19,94%
Ceará	502.374.980	592.775.731	815.592.182	921.943.752	N/D		55,53%
Bahia	1.312.959.000	1.430.081.216	1.596.927.489	1.944.586.173	2.172.887.695	65,5%	35,98%
Paraná	973.015.333	1.068.875.753	1.113.084.689	1.261.506.863	1.506.273.605	54,8%	18,02%
Pernambuco	818.865.000	1.024.831.000	1.220.095.000	1.588.075.000	2.002.920.000	144,6%	54,96%
Rio Grande do Sul	1.533.796.986	1.347.918.053	1.534.637.884	1.811.479.882	1.862.581.737	21,4%	34,39%

Se consideradas as despesas totais na Função Segurança, aí incluídas não só as despesas de pessoal, mas também de manutenção e investimentos na área, observa-se que o Estado do Rio é um dos que aplica o maior valor per capita. Em 2011 o valor total aplicado no ERJ foi equivalente a R\$ 330,25 por habitante, um crescimento de 70% desde 2007.



A Política de Segurança é um dos principais desafios do Governo do Estado. Os dados expostos e as comparações apresentadas evidenciam que desde 2007 o Governo do Estado do Rio de Janeiro vem dando especial atenção ao desenvolvimento de ações nessa área, conseguindo, mesmo que de forma gradativa, reduzir o nível de insegurança da população e os índices de criminalidade e violência, que registraram escalada impressionante nos últimos anos. Observa-se que o RJ é o Estado cujo valor per capita aplicado é o mais elevado dentre os principais estados da federação.

V - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

A Secretaria de Fazenda publicou Resoluções³⁰ ao longo do ano de 2011, nas quais foram estabelecidas, por Unidade Gestora, a Cota Financeira para a emissão das Programações de Desembolso (PD). Observaram-se, nesse período, alterações significativas no valor da Cota Financeira liberada. Nas Demais Fontes de Recursos³¹, houve uma redução, em relação ao bimestre anterior, de aproximadamente, R\$ 3,08 bilhões (- 47,81%), enquanto nas Fontes de Recursos do Tesouro³², houve um acréscimo de R\$ 0,70 bilhão (11,03%). Tais variações decorreram da realização das receitas previstas (as receitas com FR do Tesouro superaram a previsão inicial em 4,02% enquanto as demais fontes ficaram abaixo da previsão inicial em -23,11%).

Dessa maneira, alcançou-se, em 2011, o montante de R\$ 10,45 bilhões de recursos financeiros liberados para o pagamento das despesas de custeio e capital, quase o equivalente ao liberado no início do ano, que foi de R\$ 10,38 bilhões. Ou seja, apesar de todas as oscilações na cota financeira, o montante liberado no final do ano manteve-se no mesmo patamar do início do ano.

No ano de 2011, o percentual de utilização³³ da Cota Financeira suportada com recursos do Tesouro, foi de 89,87% (R\$ 6,42 bilhões), sendo que, desse montante, 99,26% foram pagos no próprio exercício.

Em 2011, nas FR do Tesouro, foi mantido nível de pagamento dos anos anteriores: nas áreas prioritárias (Saúde, Educação, e Segurança), em média, 98,65% das

Gráfico 1

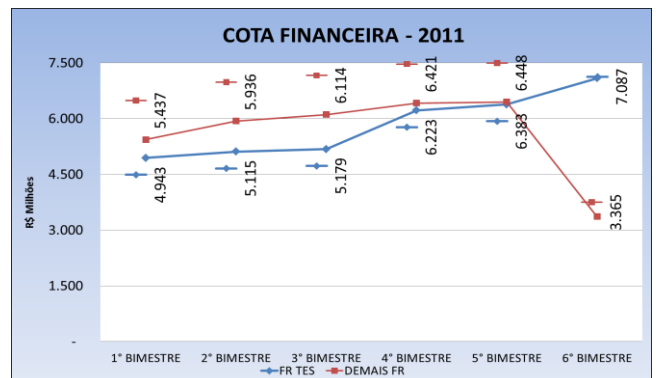


Tabela 27

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2011

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	7.139	7.134	7.142	6.418	6.371
FR - Outras	3.521	3.454	3.554	3.028	2.975
Total geral	10.660	10.588	10.696	9.447	9.345

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	99,93%	99,89%	89,97%	89,87%	99,26%
FR - Outras	98,10%	97,20%	87,67%	85,22%	98,22%
Total geral	99,32%	98,99%	89,22%	88,32%	98,93%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2011

Tabela 38

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2011 POR ÁREAS FR TESOURO

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	641	641	641	558	544
SAÚDE	1.863	1.863	1.863	1.601	1.585
SEGURANÇA	531	530	531	522	519
DEMAIS ÁREAS	4.104	4.099	4.107	3.737	3.723
TOTAL GERAL	7.139	7.134	7.142	6.418	6.371

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Dez/2011

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	100,00%	100,00%	86,97%	86,97%	97,46%
SAÚDE	100,00%	100,00%	85,93%	85,93%	99,03%
SEGURANÇA	99,89%	99,89%	98,49%	98,38%	99,45%
DEMAIS ÁREAS	99,89%	99,82%	91,17%	91,00%	99,60%
TOTAL GERAL	99,93%	99,89%	89,97%	89,87%	99,26%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Dez/2011

³⁰ Resoluções/SEFAZ: nº379 de 15/02/2011; nº 385 de 17/03/2011; nº 403 de 27/04/2011; nº 415 de 29/06/2011; nº 441 de 06/10/2011; nº 450 de 21/11/2011; e nº 476 de 25/01/2012.

³¹ Demais Fontes: 05; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 21; 25; 26; 90; 95; 96; 97; 98; e 99.

³² Fontes do Tesouro: 00; 01; 04; 06; 07; 20; e 22.

³³ Cota Financeira utilizada refere-se à Programação de Desembolso-PD emitida.

Programações de Desembolso emitidas foram honradas, no próprio exercício. Nas demais áreas, o percentual alcançado foi de 99,60%. Cabe destacar a eficácia da área de Segurança em que 98,49% de suas despesas liquidadas no exercício foram convertidas em PDs, e dessas, 99,45% foram pagas no exercício.

Vale ressaltar, ainda, que o percentual de PD's honradas vem se mantendo elevado ao longo dos anos: em 2009, foi de 96,17%; em 2010, foi de 98,87%; e, em 2011, foi de 99,26%.

V.2 Pagamento de PD's

No último bimestre de 2011, o Tesouro Estadual, por sua vez, manteve a política célere adotada pela atual gestão, adimpliu as obrigações contraídas com os fornecedores em um prazo médio de 11 (onze) dias, no caso das áreas prioritárias, contra 12 (doze) dias no mesmo período do ano e anterior; e, para as demais áreas, 12 (doze) dias contra 13 (treze) praticados no mesmo período de 2010.

Cabe destacar, ainda, que em 2011 o Tesouro do Estado do Rio de Janeiro adotou o Sistema de Gestão da Qualidade, observando a norma ISO 9001:2008, tendo como escopo: *“Realizar de forma eficiente o planejamento financeiro, a administração e a movimentação financeira e os pagamentos.”* Estabeleceu, ainda, como uma de suas várias metas, o cumprimento de suas obrigações num prazo médio de até 35 dias.

No 6º bimestre de 2011 o Tesouro Estadual honrou 94% das Programações de Desembolso emitidas em até 30 dias após a data de sua emissão. Ressalte-se que a presteza no pagamento pelo Tesouro ainda tem sido afetada negativamente pelo envio, por parte dos órgãos, de PD's com erros de confecção, afetando assim o prazo médio de pagamento praticado pelo Tesouro.

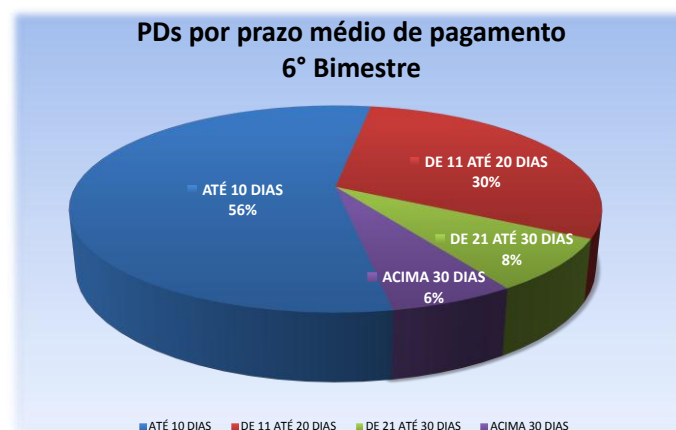
Tabela 29

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD'S
6º BIMESTRE DE 2011

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	11
NÃO PRIORITÁRIAS	12
MÉDIA GERAL	11

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 2



Estes indicadores evidenciam a celeridade e a eficiência praticadas na execução dos gastos do Estado do Rio de Janeiro pela Secretaria de Estado de Fazenda.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

Na 163ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), realizada em 29 e 30 de novembro de 2011, foi decidido, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 11,00% a.a. A 4ª queda consecutiva da taxa Selic, segundo o COPOM, ocorreu devido a perspectiva de queda da inflação no final de 2011 e de um cenário favorável para o ano de 2012.

Desde o início do ano, a taxa Selic passou por dois momentos distintos: alta de 1.25 p.p no primeiro semestre e queda de 1.50 p.p no segundo semestre, acumulando no final do período redução de 0.25 p.p no ano. Tal oscilação ocorreu, principalmente, devido a instabilidade no cenário internacional. Apesar da oscilação da taxa Selic ao longo do ano de 2011, a receita financeira do Tesouro Estadual apresentou crescimento de 89,00%, quando comparada ao mesmo período de 2010.

No 6º bimestre de 2011, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho, obtendo, em média, 98,00% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos). Quando comparada ao 5º bimestre, a receita financeira apresentou crescimento de 18,00%. No entanto, quando comparada ao mesmo período de 2010, observou-se queda de 9% na receita financeira, fato que se justifica devido à menor disponibilidade financeira do caixa.

Analisando o ano de 2011, verificou-se que apesar da menor disponibilidade financeira de caixa do que a registrada no ano anterior, a boa administração dos recursos e o bom desempenho dos fundos exclusivos do Tesouro, bem como a alta da taxa Selic no 1º semestre, possibilitou que a receita financeira ficasse 1,50% acima

Gráfico 30

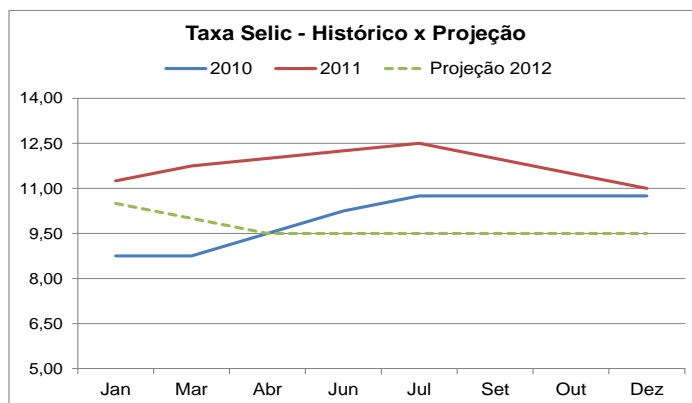


Gráfico 31

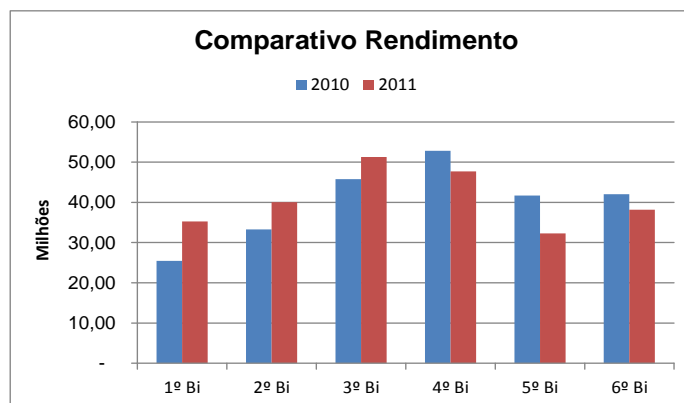
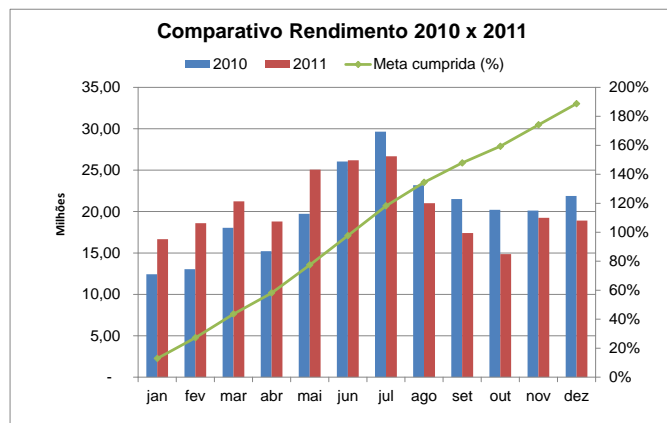


Gráfico 32



da realizada em 2010, sendo que a meta estabelecida pela Lei Orçamentaria Anual (LOA) 2011, foi alcançada ainda no 4º bimestre de 2011.

V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No exercício de 2011, os órgãos e as entidades estaduais registraram R\$ 391,20 milhões³⁴ pertinentes a despesas com serviços públicos essenciais, quais sejam: energia elétrica, distribuição de água tratada, telefonia, transmissão de dados, fornecimento de gás e correios. Desse montante, R\$ 358,20 milhões referem-se às despesas suportadas com Fontes de Recursos do Tesouro Estadual.

Analisando as fases da execução orçamentária, verificou-se que dos R\$ 358,20 milhões, equivalentes ao montante total liquidado com recursos do Tesouro, 86% (R\$ 308,1 milhões) foram pagos dentro do exercício. Ressalte-se que toda a quantia de R\$ 50,1 milhões inscrita em Restos a Pagar Processados - RPP, equivalente a diferença entre o valor total liquidado e o valor total pago, foi quitada em janeiro de 2012. Cabe salientar que, devido a esta celeridade no pagamento de RPP, as despesas relativas às faturas de competência dezembro de 2011, com vencimento em janeiro de 2012, cerca de R\$ 12 milhões, incluídas em Restos a Pagar Processados, foram adimplidas no prazo.

Seguindo a diretriz de adimplir estas despesas obrigatórias, e, ainda, evitar custos derivados de multas e moras de obrigações pagas após o vencimento, o trabalho em conjunto dos órgãos, concessionárias e coordenação de pagamento de concessionárias está bem alinhado. Neste sentido, o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC, criado com a finalidade de centralizar a execução orçamentária e financeira, contribui especialmente nas fases de verificação e conciliação do

³⁴ Considerando o Programa de Trabalho de Serviços Públicos e os outros Programas de Trabalho utilizados devido à execução de projetos específicos, e, considerando todas as Fontes de Recursos.

faturamento das 17 concessionárias que participam da sistemática.

Considerando as despesas registradas através do SIPC, o exercício de 2011 fechou com o adimplemento de 95%, com destaque para as faturas da Ampla e da Light, que tiveram adimplemento de 100% e 99%, respectivamente. Saliente-se que o total faturado pelas concessionárias foi, aproximadamente, R\$ 252,80 milhões e o total executado através do Sistema foi de R\$ 239,90 milhões. Apesar do bom desempenho no adimplemento das despesas através do SIPC, este só não foi maior devido basicamente a problemas orçamentários de alguns órgãos, como exemplo a Secretaria de Administração Penitenciária.

Gráfico 33

Resumo do Pagamento de Concessionárias SIPC - Ano: 2011

Fonte: Tesouro
Dados acumulados até o mês : Dezembro/2011

	Acompanhamento por concessionária			
	Faturado	PD pg	Sem PD	% pg x fat
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	90.746.333	89.593.966	1.152.367	99%
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	51.786.262	51.590.037	196.225	100%
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTO	79.586.551	68.872.044	10.714.506	87%
TELEMAR NORTE LESTE S/A	13.248.527	13.179.431	69.096	99%
AGUAS DE NITEROI S.A.	6.214.245	5.944.629	269.616	96%
AGUAS DO PARAIBA S/A	4.480.822	4.162.546	318.276	93%
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA	172.488	150.801	21.687	87%
TNL PCS S/A	799.727	672.139	127.588	84%
TIM CELULAR S/A	810.606	757.311	53.296	93%
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	788.344	788.344	-	100%
CONCESSIONARIA AGUAS DE JUTURNAIBA S/	1.041.613	1.040.757	856	100%
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO SA	722.791	722.534	257	100%
ENERGISA NOVA FRIBURGO-DISTRIB.DE ENER	558.686	551.688	6.998	99%
PROLAGOS S/A-CONC SERV.PUB.AGUA/ESGO	609.606	609.606	-	100%
AGUAS DO IMPERADOR S/A.	500.472	500.472	-	100%
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA	532.827	532.827	-	100%
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	208.971	208.971	-	100%
TOTAL	252.808.870	239.878.102	12.930.768	95%

No tocante ao montante reservado para honrar as despesas com serviços essenciais, inicialmente foi disponibilizada em 2011 a dotação orçamentária de R\$ 328,3 milhões, no Programa de Trabalho específico, contudo ao longo do ano foram feitos alguns ajustes orçamentários, encerrando o exercício com o montante autorizado de R\$ 357,9 milhões.

V.4.1 Características de Consumo

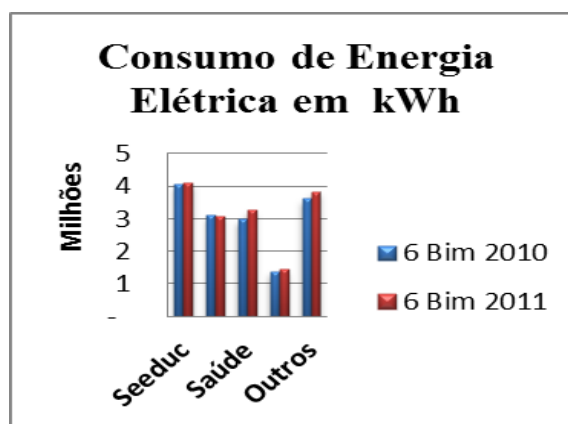
Utilizando as ferramentas desenvolvidas para processar com rapidez e precisão os dados técnicos enviados pelas concessionárias, a Coordenação de Acompanhamento e Controle de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos – CACPC concilia e acompanha, além dos pagamentos, o consumo e a demanda contratada de energia elétrica, individualmente por instalação³⁵.

No tocante ao consumo de energia elétrica, comparando-se o 6º bimestre de 2011 com o mesmo período do exercício anterior, pode-se verificar um aumento médio em kWh de 4,00% no consumo dos órgãos. Especificamente nas unidades de saúde o aumento verificado foi de 10,00%.

Outro aspecto de grande relevância para eficiência dos gastos com energia elétrica é o acompanhamento da evolução da utilização de potência ativa utilizada por muitas unidades, denominada fornecimento de alta tensão. Por meio de contrato celebrado entre o órgão e a concessionária são definidos os parâmetros para a disponibilização e consumo destes serviços. Devido ao número expressivo de unidades que utilizam o fornecimento de alta tensão, o estudo do consumo em comparação com a demanda efetivamente contratada, reflete o nível de adequação dos valores contratados à realidade do funcionamento da instalação.

Em 2011, os gastos com potência ativa totalizaram R\$ 57,2 milhões, sendo R\$ 43,4 milhões de demanda contratada e R\$ 13,8 milhões de demanda ultrapassada. Pode-se destacar que, utilizando-se a ferramenta citada anteriormente, os gráficos elaborados sobre a evolução do consumo de alta tensão indicam que a Secretaria de Administração Penitenciária e a Secretaria de Educação possuem unidades com potencial para economia com o ajuste dos contratos.

Gráfico 3



³⁵ Esta ferramenta é parte do projeto de modernização institucional da SUBFIN, no âmbito da mitigação dos riscos operacionais.

Quanto ao consumo de água tratada, com a adesão da CEDAE ao SIPC, o trabalho conjunto de validação dos medidores e conciliação de consumo entre órgãos, CEDAE e Coordenação de Pagamento de Concessionárias, possibilitou a concepção de um cadastro organizado, correto e confiável. Após esta fase de conciliação pode-se conhecer o efetivo valor do consumo mensal das instalações estaduais. Em 2011, foram registrados através do SIPC R\$ 79,6 milhões para a CEDAE, relativos ao consumo de 39 órgãos e entidades estaduais, tendo sido quitados R\$ 68,9 milhões, ou seja, 87% de adimplimento. Atualmente o controle do consumo com serviços de água e esgoto abarca as instalações distribuídas por todos os municípios.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*. No âmbito dos serviços de telefonia, houve a migração para a nova rede de telefonia após a celebração do contrato com a Intelig/TIM.

Ressalte-se que as duas concessionárias contratadas aderiram ao SIPC e as despesas dos órgãos foram incluídas na sistemática gradativamente. Especificamente em relação à telefonia móvel, cuja migração está completa, o SIPC recebe atualmente as faturas de 49 órgãos. Contudo, no que tange à telefonia fixa, tendo em vista que a transição ainda está em curso, duas operadoras estão prestando os serviços, quais sejam: Telemar e Intelig. Somando-se as despesas dos serviços de telefonia fixa e móvel o SIPC registrou em 2011 R\$ 15 milhões, e, até o presente momento, foram adimplidas 98% das obrigações, ou seja, R\$ 14,8 milhões. Quanto aos serviços de transmissão de dados, os quais não estão abarcados pelo SIPC, foram empenhados R\$ 74,5 milhões e quitados R\$ 56,7 milhões, ou seja, 76%. Cabe ressaltar que 56% das despesas registradas com serviços de transmissão de dados são relativas ao Projeto de Modernização Operacional da Gestão Escolar.

V.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Desde a implantação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1.690 requerimentos de pessoas físicas e jurídicas solicitando informações acerca de seus créditos. Desse montante, após as cinco fases abertas ao longo do programa, 994 credores aderiram ao mesmo, o que totalizou um montante renegociado em torno de R\$ 258,50 milhões.

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda para o Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, após os pagamentos realizados no mês de novembro de 2011, que contemplou o pagamento da nona parcela, para os credores que ingressaram na 1º fase do programa; o pagamento da oitava parcela, para os credores que ingressaram na 2º fase do programa; o pagamento da sétima parcela, para os credores que ingressaram na 3º fase; o pagamento da sexta parcela, para os credores que ingressaram na 4º fase; e, o pagamento da segunda parcela, para os credores que ingressaram na 5º fase, o Tesouro Estadual despendeu o total de R\$ 14,98 milhões.

Assim, em 2011, computando-se os valores pagos nos meses de maio e novembro, o Tesouro Estadual despendeu R\$ 30,83 milhões.

Cabe destacar que, desde o início do Programa, iniciado em meados de 2007, o Tesouro Estadual já pagou o montante de R\$ 162,82 milhões.

Verificou-se, ademais, que após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo módulo "AUTENTICA" (instituído por meio da Portaria CGE nº 138, de 16 de outubro de 2009) e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, verificou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo

programa, que, inicialmente, montava em R\$ 400 milhões, atualmente monta em cerca de R\$ 345 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 258,50 milhões já foram repactuados, conclui-se que quase 75,00% do total da dívida foi atendida pelo programa, dando ao tratamento deste a um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

Em relação ao total dos pagamentos efetuados até o 6º bimestre de 2011, aproximadamente 67,00% do total da dívida já foi integralmente quitado. Importante enfatizar, também, que do total desses credores, 834 credores já tiveram seus créditos integralmente adimplidos, o que corresponde a aproximadamente 84,00% do total de adesões. E, ainda, do total desses fornecedores, 602 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, receberam em parcela única.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

No 6º bimestre de 2011, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 8,57 milhões para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios.

Os pagamentos realizados nos meses de novembro e dezembro foram compostos das parcelas de 10 acordos do Estado. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 57,86% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 42,14% empregados nas obrigações de natureza comum.

No ano de 2011, o valor total despendido para pagamentos dos acordos de parcelamento foi de R\$ 74,94 milhões.

Tabela 34



Tabela 35



Salienta-se que, em decorrência da opção feita pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, consoante as disposições da Emenda Constitucional nº 62, o Estado aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Diante da nova sistemática introduzida pela EC nº 62/2009, o pagamento de novos precatórios serão realizados, diretamente, pelo Tribunal de Justiça, com os recursos financeiros transferidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Assim, atualmente, apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios e as requisições judiciais de pequeno valor estão sendo feitos pela Secretaria de Estado de Fazenda.

No mês de dezembro, foi transferida ao Tribunal de Justiça a quantia de R\$ 201,50 milhões para pagamento de precatórios, em atendimento às disposições do regime especial, adotado pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 42.315 de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Do montante transferido ao Tribunal de Justiça, 50% foi destinado ao pagamento de precatórios em ordem cronológica e 50% destinado ao pagamento de precatórios em ordem única e crescente de valor, conforme opção feita pelo Estado, por meio do Decreto nº 43.337, de 07 de dezembro de 2011.

Assim, no ano de 2011, o Estado do Rio de Janeiro desembolsou para pagamento de precatórios judiciais, somando-se o valor total dos parcelamentos e o valor transferido ao Tribunal de Justiça, o montante de R\$ 276,43 milhões.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 6º Bimestre deste ano, foram pagas 193 requisições de pequeno valor, totalizando o valor de R\$ 1,21 milhão.

Tabela 36

PAGAMENTOS DE RPV - 2011		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
NOVEMBRO	100	581.451,19
DEZEMBRO	93	636.116,13
Total	193	1.217.567,32

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁶.

No ano de 2011, foram gastos R\$ 15,69 milhões em pagamentos de requisições de pequeno valor suportadas com os recursos do Tesouro Estadual.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

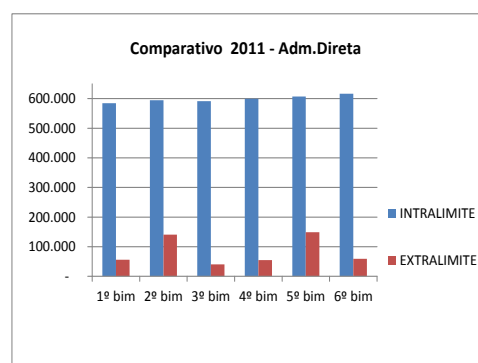
Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram desembolsados, no 6º bimestre de 2011, o montante de R\$ 9,78 milhões.

Portanto, o Estado do Rio de Janeiro empregou em 2011 R\$ 292,12 milhões na quitação de requisições judiciais de pagamento, somando-se o total direcionado aos pagamentos de requisições de pequeno valor e precatórios judiciais.

V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou no 6º bimestre de 2011, R\$ 677,72 milhões com o serviço da dívida³⁷. A importância desembolsada foi 10,79% inferior ao valor pago no 5º bimestre. Esta variação decorreu da não repetição de pagamentos semestrais da dívida externa, concentrados nos meses de setembro e outubro, que representaram um desembolso da ordem de R\$ 88,72 milhões naquele período. Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do

Gráfico 4



³⁶ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

³⁷ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

Tesouro Estadual³⁸ alcançou apenas R\$ 2,03 milhão, 43,64% inferior em relação ao bimestre anterior.

Do total pago no último bimestre de 2011, R\$ 616,46 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁹, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 2 milhões.

Tabela 37

R\$ mil

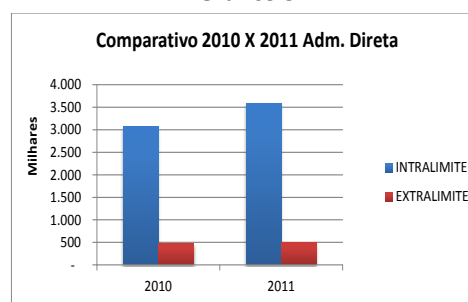
Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	5º bim 2011			6º bim 2011			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	316.590	439.508	756.099	278.765	396.918	675.683	-10,64%
INTRALIMITE	223.858	383.521	607.380	233.115	383.342	616.458	1,49%
EXTRALIMITE	92.732	55.987	148.719	45.649	13.576	59.225	-60,18%
INTERNA	29.704	30.291	59.995	45.649	13.478	59.127	-1,45%
EXTERNA	63.028	25.696	88.724	-	97,9	98	-99,89%
ADM. INDIRETA HONRADA	2.709	899	3.608	1.443	590	2.033	-43,64%
TOTAL	319.300	440.407	759.706	280.208	397.509	677.716	-10,79%
Informações complementares:							
Valor devido intra-limite	229.131	383.521	612.652	231.118	383.342	614.460	0,30%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	223.858	383.521	607.380	233.115	383.342	616.458	1,49%
Diferença incorporada no resíduo	5.272	-	5.272	-1.998	-	-1.998	-137,89%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Em 2011, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 4,09 bilhões. Destes, R\$ 3,59 bilhões (87,6% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando aumento de R\$ 521,15 milhões em relação a 2010, em consequência do aumento da receita líquida real do Estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 5



³⁸ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

³⁹ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações; VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Tabela 38

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2010			2011			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	1.223.519	2.331.164	3.554.683	1.626.539	2.466.476	4.093.015	15,14%
INTRALIMITE	903.323	2.168.403	3.071.727	1.301.077	2.291.797	3.592.873	16,97%
EXTRALIMITE	320.196	162.760	482.956	325.463	174.679	500.142	3,56%
INTERNA	145.869	99.922	245.791	186.088	115.851	301.939	22,84%
EXTERNA	174.327	62.838	237.165	139.374	58.828	198.203	-16,43%
ADM. INDIRETA HONRADA	44.617	3.255	47.872	6.792	2.283	9.075	-81,04%
TOTAL	1.268.137	2.334.418	3.602.555	1.633.332	2.468.759	4.102.090	13,87%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	1.162.180	2.174.199	3.336.379	1.334.551	2.291.797	3.626.347	8,69%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	875.071	2.148.902	3.023.974	1.301.077	2.291.797	3.592.873	18,81%
Diferença incorporada no resíduo	287.109	25.296	312.405	33.474	-	33.474	-89,28%

Valores pagos a preços correntes.

No 6º bimestre deste ano (2011), o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 62,75 bilhões, 1,80% maior que o bimestre anterior. Essa variação é explicada, essencialmente, pelo reajuste do estoque da dívida interna, corrigida pelo IGP-DI⁴⁰, pela variação do dólar nos contratos da dívida externa e pelo ingresso de R\$ 360 milhões do contrato firmado junto ao Banco Mundial, destinado ao Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável.

Gráfico 6

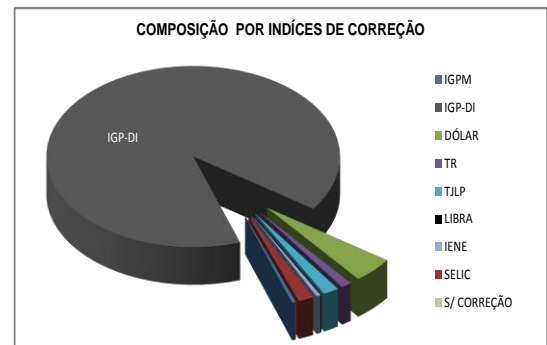


Tabela 39

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2011			
	5º Bimestre	6º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	61.644.942,45	62.753.123,30	1,80%
INTERNA	59.147.630,78	59.602.836,39	0,77%
Dívida com a União	59.147.630,78	59.602.836,39	0,77%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	2.438.726,10	3.088.255,30	26,63%
Com Aval do Tesouro Nacional	2.436.124,23	3.085.378,78	26,65%
Mobiliária	2.601,87	2.876,52	10,56%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	58.585,57	62.031,61	5,88%
DÍVIDA FINANCEIRA	61.644.942,45	62.753.123,30	1,80%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	29.697.370,22	30.966.089,35	4,27%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,08	2,03	-2,37%

Valores a preços correntes

⁴⁰ Os contratos de Assunção de Dívidas do ERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que, juntos, representaram 89,41% da dívida financeira, e que são corrigidos pelo IGP-DI, tiveram um aumento de 0,25% e de 0,76%, respectivamente. A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 6º bimestre fechou em 0,83% (IGP-DI de out/11 e nov/11) e nos últimos 12 meses (de dez/10 a nov/11) em 5,58%.

O estoque da dívida interna cresceu 7,17%, quando comparado o mês de dezembro de 2011 com o mês de dezembro de 2010. A maior parte desse aumento, também como ocorrido no bimestre, foi devida à variação positiva do IGP-DI e pelo ingresso de recursos de operações que se encontram em fase de desembolso que totalizaram 355,18 milhões. Além disso, também foram registrados na dívida novos parcelamentos junto à Receita Federal.

Ao final do exercício de 2011, o saldo da dívida externa foi 54,59% superior ao do final exercício de 2010, consequência da desvalorização do real frente ao dólar⁴¹ e do ingresso de 916,32 milhões de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta atingiu o montante de R\$ 62,03 milhões, representando uma redução de 70,09% em relação ao saldo verificado no exercício de 2010. O decréscimo dessa dívida decorreu da reclassificação contábil das dívidas da Companhia de Transporte Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS e da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL, junto à entidade de previdência complementar e da quitação da dívida da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ com o INSS.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou uma queda de 0,12%, passando de 2,029 para 2,027⁴². Apesar da elevação do estoque da dívida do Estado, essa melhora ocorreu em razão do aumento da Receita Líquida em 8,66%. Assim, por mais um ano o Estado do Rio de Janeiro cumpriu a meta n.º 1 do Programa de Ajuste Fiscal iniciado em 1999, ficando abaixo do definido.

⁴¹ A cotação do dólar (venda) do dia 31/10/2011 foi de 1,6885; e a do dia 31/12/2011 foi de 1,8758.

⁴² A meta da dívida para o exercício de 2011, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 10/11/2011, foi de 2,29.

Tabela 40
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/10	out/11	dez/11	Δ % no bim.	Δ % no ano
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	57.612.920	61.586.357	62.691.092	1,79%	8,81%
Interna	55.615.251	59.147.631	59.602.836	0,77%	7,17%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	50.196.809	59.147.631	59.602.836	0,77%	18,74%
STN/BACEN - Assunção Div. BERJ	11.676.524	11.912.682	11.941.993	0,25%	2,27%
STN - BONUS - DMLP	41.439	38.454	42.719	11,09%	3,09%
PARC-INSS - MP nº 2.187/01	86.327	74.466	72.518	-2,62%	-16,00%
STN - Refin. LEI 8,727/93 - Estado	583.696	450.904	423.189	-6,15%	-27,50%
STN - Refin. LEI 9.496/97	39.385.623	41.150.587	41.463.253	0,76%	5,28%
STN - Refin, Lei nº 9496/98 PEND. JURIDICA	2.128.047	2.602.228	2.703.202	3,88%	27,03%
CEF/PENAF	20.497	17.576	19.526	11,09%	-4,74%
CAIXA - CONTRAPARTIDA PAC	302.620	413.126	472.323	14,33%	56,08%
CAIXA - SANEAMENTO	0	43.104	44.037	2,16%	100,00%
SRF - PARCEL PASEP - MP nº 38/02	303.874	292.860	289.003	-1,32%	-4,89%
SRF - PARCEL Lei Fed. 11.941/2009	0	1.049.699	1.036.821	-1,23%	100,00%
BNDES - METRÔ	876.561	784.243	763.814	-2,60%	-12,86%
BNDES - PMAE I e II	15.600	16.176	15.894	-1,74%	1,89%
BNDES - PROCOPA	0	80.000	80.000	0,00%	100,00%
BNDES - DELEGACIA LEGAL	24.443	58.283	72.652	24,65%	197,23%
BB_SEAPPA AeB	19.776	19.386	19.308	-0,40%	-2,37%
BB_PEF I e II	150.224	143.858	142.585	-0,88%	-5,08%
Externa	1.997.669	2.438.726	3.088.255	26,63%	54,59%
COM AVAL DO TESOUREO NACIONAL	1.995.114	2.436.124	3.085.379	26,65%	54,65%
MOBILIÁRIA	2.555	2.602	2.877	10,56%	12,59%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOUREO)	207.367	58.586	62.032	5,88%	-70,09%
DÍVIDA FINANCEIRA	57.820.287	61.644.942	62.753.123	1,80%	8,53%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	28.497.027	29.697.370	30.966.286	4,27%	8,66%
RELAÇÃO DF / RLR	2,03	2,08	2,03	-2,37%	-0,12%

Valores a preços correntes

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 96,84% do estoque. Desse montante, 92,06% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante aos vencimentos do curto prazo ⁴³, que representam 6,57% do total do serviço a pagar até 2039, apenas 0,04% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo,

Tabela 41
COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS
R\$ Mil

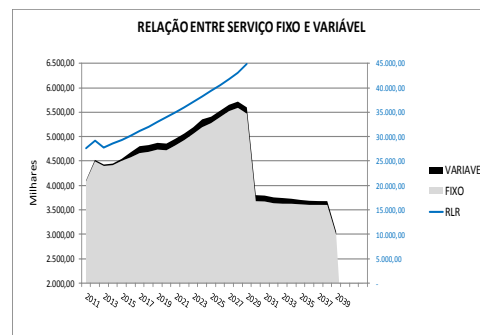
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.363.001	2,24%	2,17%
2,1 - 4	321.388	0,53%	0,51%
4,1 - 6	57.772.949	95,07%	92,06%
acima de 6,1	1.312.047	2,16%	2,09%
Subtotal	60.769.385	100,00%	96,84%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.964.213	99,02%	3,13%
4,1 - 6	19.526	0,98%	0,03%
Subtotal	1.983.738	100,00%	3,16%
Total	62.753.123		100,00%

⁴³ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

seguinte o crescimento da RLR⁴⁴. No exercício seguinte ocorre uma forte queda no serviço. Após tal fato, observa-se uma estabilidade no mesmo. Tal efeito decorre da substituição do critério de pagamento (de alguns contratos), que passará a utilizar o Sistema Price de amortização ao invés da limitação dos 13% da RLR. Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 3,25%.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴⁵ e ao prazo médio de repactuação⁴⁶, estes atingiram 11,78 anos e 11,19 anos, respectivamente.

Gráfico 7



Cenários Econômicos

Tabela 42
CENÁRIO OTIMISTA

CENÁRIO ATUAL

CENÁRIO PESSIMISTA

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,21%	137.002.562,88
IGP-DI	89,66%	59.301.259.728,10
DÓLAR	4,53%	2.993.036.888,97
TR	1,66%	1.096.348.613,65
TJLP	3,30%	2.181.901.602,99
LIBRA	0,11%	75.383.428,22
IENE	0,00%	-
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,54%	354.831.572,01
TOTAL	100,00%	66.139.764.396,82

dez/12

Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,22%	137.002.562,88
IGP-DI	88,92%	54.876.002.003,89
DÓLAR	4,85%	2.993.036.888,97
TR	1,78%	1.096.348.613,65
TJLP	3,54%	2.181.901.602,99
LIBRA	0,12%	75.383.428,22
IENE	0,00%	-
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,57%	354.831.572,01
TOTAL	100,00%	61.714.506.672,61

dez/12

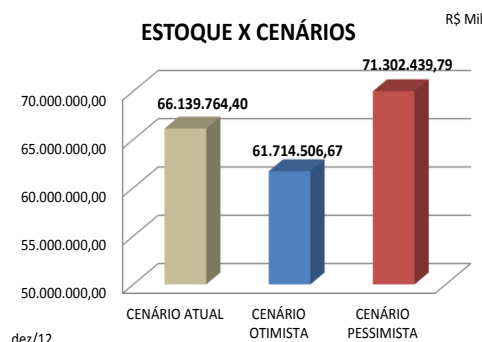
Índices	%	ESTOQUE
IGPM	0,19%	137.002.562,88
IGP-DI	90,41%	64.463.935.118,46
DÓLAR	4,20%	2.993.036.888,97
TR	1,54%	1.096.348.613,65
TJLP	3,06%	2.181.901.602,99
LIBRA	0,11%	75.383.428,22
IENE	0,00%	-
SELIC	0,00%	-
S/ CORREÇÃO	0,50%	354.831.572,01
TOTAL	100,00%	71.302.439.787,18

dez/12

Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado nas tabelas acima, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 9,6 bilhões e, em valores relativos, de 15,54%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 1,49% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 89,66%, no cenário otimista, para 90,41%, no cenário pessimista.

Gráfico 8



⁴⁴ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2011 à 2013, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

⁴⁵ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

⁴⁶ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

No que se refere ao contexto macroeconômico e aos cenários apresentados, o IGP-DI por ser um índice geral de preços está intimamente ligado a outros importantes índices da economia como: IPCA, taxa básica de Juros (SELIC) e taxa de câmbio. Isso significa dizer que o IGP-DI é sensível a essas e a outras variáveis.

O cenário que o Banco Central (BC) está esperando para o próximo ano é atípico devido à crise (ou recessão) mundial. Caso esta hipótese se concretize, o BC espera que os grandes mercados consumidores de produtos brasileiros se desaqueçam. Somando-se a isto a valorização do real fará que os produtos nacionais tornem-se menos competitivos e conseqüentemente menos demandados no mercado externo. Por conta desses fatores e visando defender os produtores nacionais, o COPOM decidiu, nas últimas reuniões, efetuar cortes e dar início a uma trajetória declinante da taxa básica de juros. Neste contexto, esta ação estimula o crédito e a demanda agregada interna, que em conjunto com uma rígida política fiscal, visa não exercer pressão sobre os preços. Por isso, a baixa projeção para o IGP-DI no próximo ano.

Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de ampliar os investimentos, o Estado do Rio incluiu algumas operações de crédito adicionais em sua estratégia de financiamento. E, ao longo de 2011, diversas operações de longo prazo amadureceram. Assim, o Estado efetuou 04 contratações de operações de crédito, em 2011.

Tabela 43

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ASSINADOS EM 2011	ASSINATURA	CREDOR
Programa VIA LIGHT	28/06/2011	CAIXA
Programa Maracanã PROCOPA 2014	29/07/2011	BNDES
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR	08/08/2011	BID
Programa de Habitação e Desenvolv. Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS	09/08/2011	BIRD

Fonte: Sistema de Operação de Crédito - SOC

Foram liberados R\$ 1,27 bilhão de receita oriunda de operações de créditos, no exercício de 2011:

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores

- R\$ 9,5 milhões cujos recursos foram aplicados na Expansão do METRÔ (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 33,61 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,72 milhão foram destinados ao Programa de Modernização da Administração Estadual – PMAE I e II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 50,44 milhões foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 43,86 milhões foram destinados para o Programa Saneamento para todos – PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 19,2 milhões para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 169,70 milhões foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 7,5 milhões para o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária – PROFAZ (recursos provenientes do BID); e
- R\$ 77,9 mil para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública – PROGESTÃO (recursos provenientes do BIRD).

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados no Exercício

- R\$ 855,89 milhões ao Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano

Sustentável - PROHDUMS (recursos provenientes do BIRD); e

- R\$ 80 milhões para o Programa Maracanã PROCOPA 2014 (recursos provenientes do BNDES).

Tabela 44

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Ente: Estado do Rio de Janeiro

Data: 31.12.2011

Valores em R\$ mil

	2011		TOTAL
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	1.271.501,23	-	1.820.209,82
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	355.182,18	-	1.195.251,70
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	9.462,77	-	12.153,14
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	500,00	-	527,32
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	43.859,29	-	514.140,71
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	50.441,02	-	82.115,69
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	-	-	0,00
6. BNDES PMAE II	1.216,47	-	7.176,52
7. CAIXA PAC	169.702,63	-	-
8. VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.138,33
9. MARACANÃ_COPA 2014 - BNDES	80.000,00	-	320.000,00
Demais	916.319,04	-	624.958,11
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	33.612,11	-	306.463,29
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	19.196,56	-	47.774,92
3. BID - PROFAZ (profisco)	7.542,41	-	25.691,05
4. BIRD - PRÓ-GESTÃO	77,96	-	34.939,25
5. BID PRODETUR	-	-	210.089,60
6. BIRD DPL II_PROHDUMS	855.890,00	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	177.655,35	2.521.476,27
1. SAUDE/HRB - B. BRASIL	-	5.831,33	132.800,00
2. SANEAMENTO PARA TODOS_PAC 2 - CAIXA	-	41.513,00	415.372,18
3. PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTES II ADICIONAL - PET II ADIC.	-	102.426,20	1.125.480,00
4. PSAM	-	27.884,82	847.824,09
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (3)	-	3.836.391,54	9.903.702,38
Total	1.271.501,23	4.014.046,89	14.245.388,46

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de dez/2011

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 10/11/2011, atualizados pelo IGP-DI/2011.

V.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁷

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2011 com 725 Convênios de Despesa e 489 Convênios de Receita vigentes⁴⁸.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁴⁹, já na esfera dos Convênios de Receita o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁵⁰ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 228 convênios, beneficiando 82 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 1,15 bilhão, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. No 6º bimestre, foram empenhados aproximadamente, R\$ 37,63 milhões, liquidados R\$ 37,28 milhões e pagos R\$ 37,05 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 497 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Nos meses de novembro e dezembro, foram empenhados cerca de R\$ 198,81 milhões, liquidados R\$ 214,19 milhões e pagos R\$ 203,23 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 6º bimestre de 2011, o total de 79 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,49 bilhões⁵¹.

⁴⁷ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁸ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁹ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁵⁰ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁵¹ Valor original desconsiderando os aditivos.

Dessa importância, R\$ 1,47 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 1,01 bilhão é oriundo do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 6º bimestre de 2011, foram repassados em torno de R\$ 1,18 bilhão, sendo destinados 66,03% à área de Habitação e cerca de 33,97% à área de Saneamento.

As Secretarias de Estado de Fazenda, da Casa Civil, de Obras e de Assistência Social e Direitos Humanos, por intermédio da Escola Fazendária, realizaram nos meses de setembro, outubro e novembro o I Seminário de Convênios para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que foi destinado especificamente aos servidores, gerentes e ordenadores das Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro que tratam direta ou indiretamente da área de convênios, tanto na execução (convenientes) como na celebração (concedente).

O seminário, realizado na Escola Fazendária, foi ministrado por servidores técnicos da Auditoria Geral do Estado, do EGP-Rio e da Controladoria Geral da União (CGU), cujo principal objetivo é reduzir significativamente o número de problemas verificados nas prestações de contas que, por sua vez, muitas vezes inviabilizam ou dificultam a captação de novos recursos.